EDITAL Nº 92161/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2025.12.16.1

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14566.2025.

Torna-se público que o Município do Crato/CE, por meio da Unidade Administrativa - **SECRETARIA DE FINANÇAS** realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 1602001/2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DO ACESSO AO EDITAL E DO LOCAL DE REALIZAÇÃO

O Edital está disponível gratuitamente nos sítios eletrônicos oficiais:

<https://licitacoes.tce.ce.gov.br/>,

https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1

<https://crato.ce.gov.br/licitacao.php>

O certame será realizado por meio do sistema eletrônico: <https://compras.gov.br>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO POR LOTE
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS	22/09/2026 ÀS 09H
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	R\$ 387.730,90
MODO DE DISPUTA	ABERTA
PREGOEIRA	VALÉRIA DO CARMO MOURA

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO INTEGRADA PARA GESTÃO E AUDITORIA DO VALOR ADICIONADO FISCAL - VAF DO MUNICÍPIO DO CRATO/CE, COMPREENDENDO CESSÃO DE DIREITO DE USO DE SOFTWARE 100% WEB, SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E CONSULTORIA TRIBUTÁRIA ESPECIALIZADA. A CONTRATAÇÃO SE DESTINA À SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO DO CRATO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será formada por um único **LOTE**, conforme na tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

1.3.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

1.3.2. A contratação será atendida pela Dotação Orçamentária: 2401.04.123.0022.2.190 – Gestão das Atividades Fazendárias e Fiscais do Município. Elemento de despesa: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

1.3.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, em respeito ao art. 106, II da Lei nº 14.133, de 2021, que prevê para contratações de serviços e fornecimento continuado que a “a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção”.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. O **LOTE** será de **ampla disputa**. Serão garantidas aos licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, como critério de desempate, preferência de contratação nos termos previsto na Seção I do Capítulo V da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações introduzidas pela lei complementar 147/2014.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, **para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei 14.133 de 2021**, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO:

2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.7. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.8. Será permitida a participação de consórcio de empresas devido à alta complexidade do objeto da contratação, desde que atendam a todos os requisitos do Item 03 do Termo de Referência.

2.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam confi-

gurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4, será também aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3, não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

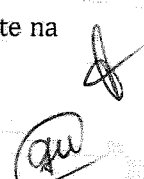
3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

- 3.5.1. No **ITEM/LOTE** exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele **ITEM/LOTE**.
- 3.5.2. Nos **ITENS/LOTES** em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;
- 3.11.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- a) Valor unitário e total de todos os itens do Lote e seu valor global.
 - b) Marca (se for o caso)
 - c) Fabricante (se for o caso)
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 3.9.
- 4.8.4. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do **LOTE**.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 1 (um) segundo.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 5.13.1. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

- 5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 5.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

- 5.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.21.2.2. Empresas brasileiras;
- 5.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.22.4. A Pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02h (duas horas)**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.22.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.1.1. SICAF
- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

- 6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.6 e 3.5 deste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 6.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:
- 6.7.1. Não se aplica.
- 6.7.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.
- 6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.8.1. Contiver vícios insanáveis;
- 6.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:
- 6.9.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.9.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para baliar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 6.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, que são:

7.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.1.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.1.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Micro-empendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.1.1.3. No caso de Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.1.4. No caso Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.1.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.1.1.6. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

7.1.1.7. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2024 (onde couber);

7.1.1.8. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165) (onde couber);

7.1.1.9. Ato de autorização para o exercício da atividade (onde couber);

7.1.1.10. Documento de identificação do responsável legal (com foto) válido na forma da Lei;

7.1.1.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

7.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

7.1.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.1.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.1.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

7.1.2.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (Mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943);

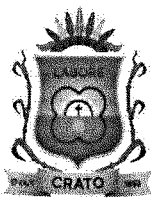
7.1.2.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.1.2.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

7.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA:

7.1.3.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais;

7.1.3.2. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.



7.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1.5. **Conforme consta no TERMO DE REFERÊNCIA, Item 4, subitem 4.2.**

7.1.6. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeiro, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.1.7. A qualificação econômico-financeira é exigida em virtude da necessidade de comprovação da capacidade financeira, tendo em vista atender as exigências naturais do SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou cópia.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados

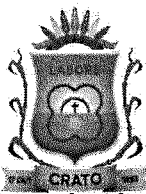
7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02h (duas horas)**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

7.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

7.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.



7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.13.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico

<https://licitacoes.tce.ce.gov.br/>,

https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1

<https://crato.ce.gov.br/licitacao.php>.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. As penalidades e sanções referentes ao certame serão dispostas em edital, conforme disposição do Setor de Licitações e Contratos, e atenderão aos moldes da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. As penalidades e sanções que deverão constar em minuta contratual e minuta da ata devem atender ao disposto abaixo.

9.3. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

9.3.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.3.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.3.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

9.3.4. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.3.5. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

9.3.6. Prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

9.3.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.3.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.3.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

9.4.1. advertência;

9.4.2. multa;

9.4.3. Impedimento de licitar e contratar;

9.4.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.5.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.5.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

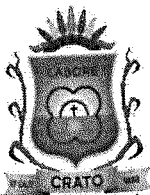
9.5.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.6. A sanção prevista no item 11.4.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item 11.3.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.7. A sanção prevista no item 11.4.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.3.2, 11.3.3, 11.3.4 e 11.3.5, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município do Crato/CE, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, a ser definido em processo de penalização.

9.8. A sanção prevista no item 11.4.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.3.6, 11.3.7, 11.3.8 e 11.3.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.3.2, 11.3.3, 11.3.4 e 11.3.5 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no 11.7, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, a ser definido em processo de penalização.



- 9.9. A sanção estabelecida no item 11.4.4 será precedida de análise jurídica e é de competência exclusiva do Secretário Municipal;
- 9.10. As sanções previstas nos itens 11.4.1, 11.4.3 e 11.4.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item 11.4.2.
- 9.11. A aplicação de multa se dará:
- 9.11.1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato, até o limite de 10 (dez) dias;
- 9.11.2. Compensatória, para as infrações descritas nos itens 11.3.6 e 11.3.9, de 0,5% a 5% do valor do Contrato.
- 9.11.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 11.3.3, de 5% a 10% do valor do Contrato.
- 9.11.4. Para infração descrita no item 11.3.2, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.
- 9.11.5. Para infrações descritas no item 11.3.5, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.
- 9.11.6. Para a infração descrita no item 11.3.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato.
- 9.12. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 9.13. Na aplicação da sanção prevista no item 11.4.2, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas nos itens 11.4.3 e 11.4.4 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta conforme Lei Federal nº 14.133/2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.15. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nas disposições legais.
- 9.16. O procedimento de responsabilização será regido por Instrução Normativa a ser firmada pela administração pública.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: Solicitadas oficialmente pelo endereço eletrônico licitacrato@gmail.com.
- 10.3.1. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.3.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 10.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.


11.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
- a.1) Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- b) Anexo II – Modelo de Proposta;
- c) Anexo III – Minuta do Contrato.



Tania Aparecida dos Santos
Analista de Gestão
Setor de Licitações

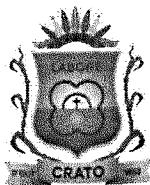
Ordenador de Despesa:



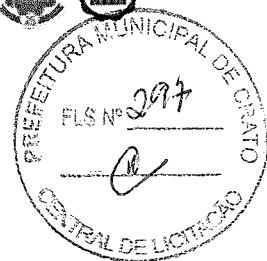
Rennan Lobo Xenofonte
Secretário de Finanças



Central
de Licitação



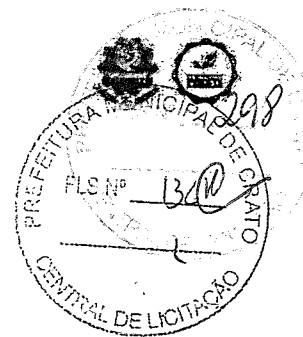
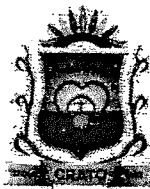
Crato
PREFEITURA



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Palácio Alexandre Arraes Largo Júlio Saraiva, S/N, Centro, CEP: 63.100-347 - Crato/CE
(88) 3521-9600 | licitacrato@gmail.com
www.crato.ce.gov.br

[Handwritten signature]



TERMO DE REFERÊNCIA
ETP Referência nº 15/2025-SEFIN
Referência processo Fluxus nº 14566.2025

1. DO OBJETO

Contratação de solução integrada para gestão e auditoria do Valor Adicionado Fiscal – VAF do Município do Crato/CE, compreendendo cessão de direito de uso de software 100% web, serviços de implantação, treinamento, suporte técnico e consultoria tributária especializada, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo de Referência.

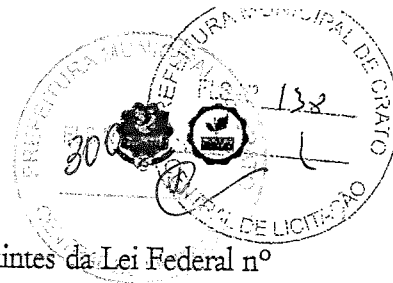
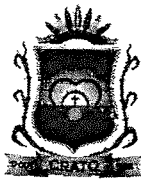
ITEM	CÓD. FLUXUS	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UND	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	99213	Licenciamento de direitos permanentes de uso de software para servidor Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal - VAF. CATSER 27464	12	mês	R\$ 29.747,50	R\$ 356.970,00
02	99214	Serviços de instalação, transição e configuração/ Parametrização de software Implantação de uso de software. CATSER 26972	1	serviço	R\$ 19.921,00	R\$ 19.921,00
03	99215	Treinamento informática – sistema/software Treinamento de uso de software. CATSER 3840	30	hora	R\$ 361,33	R\$ 10.839,90
ITEM	CÓD. FLUXUS	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UND	% SOBRE O VAF RECUPERADO POR SERVIÇO	% SOBRE O VAF RECUPERADO
04	99216	Consultoria e assessoria – tributária Serviços de consultoria e assessoria para realização da gestão, monitoramento e auditoria de apuração do Valor Adicionado Municipal – VAF. Parcela de resultado: percentual a ser aplicado sobre o VA recuperado (êxito). Funcionalidades mínimas requeridas para o sistema. CATSER 787	1	serviço	0,35%	0,35%



- 1.1. O objeto decorreu do estudo de solução, fundamentação e análises apresentadas no Estudo Técnico Preliminar nº 15/2025 – SEFIN;
- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 1602001/2023 – GP e suas alterações posteriores.
- 1.3. A contratação justifica-se pela necessidade de aprimorar a apuração do Valor Adicionado Fiscal (VAF), fortalecer o controle das obrigações acessórias dos contribuintes, suportar tecnicamente a elaboração de contestações administrativas perante a SEFAZ-CE, mitigar riscos de perda de receita e ampliar a capacidade institucional do Município no acompanhamento dos critérios que compõem o repasse do ICMS. A justificativa completa encontra-se presente no ETP nº 15/2025 – SEFIN.
- 1.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025.

2. FORMA DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Esta contratação se dará na modalidade de Pregão Eletrônico.
- 2.2. Não será utilizado o sistema de registro de preços, considerando que o objeto possui escopo definido, prazo determinado e execução vinculada a resultados específicos.
- 2.3. Os itens que compõem o objeto desta contratação serão julgados conjuntamente em LOTE ÚNICO.
- 2.4. O critério de julgamento será: **MENOR PREÇO POR LOTE**.
- 2.4.1. Para o item 4, considerar o valor percentual de 0,35% como valor monetário de R\$ 0,35, sendo este equivalente a uma taxa máxima de 0,35% e não podendo apresentar taxa negativa.
- 2.5. Será admitida a participação de consórcio de empresas na presente contratação, considerando a natureza técnica, intelectual e altamente especializada do objeto, que pode demandar a conjugação de competências multidisciplinares. Nesses casos, as empresas consorciadas deverão comprovar atuação coordenada, com definição clara de responsabilidades entre as integrantes, adoção de metodologia integrada de execução e indicação de empresa líder responsável pela representação do consórcio perante a Administração. O consórcio deverá assegurar a plena integração técnica e operacional entre as empresas participantes, de modo a garantir o atendimento integral a todos os requisitos, especificações e resultados esperados nesta contratação, nos termos da legislação aplicável.
- 2.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista a necessidade de execução direta, contínua e integrada de todas as atividades, com pleno domínio técnico da solução tecnológica, dos dados processados e das análises realizadas.



2.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, pela razão da natureza do objeto.

2.8. Justificativa para a adoção de lote único

2.8.1. A contratação em lote único justifica-se pela natureza integrada, complementar e interdependente dos itens que compõem o objeto, os quais foram concebidos como uma solução única voltada ao aprimoramento da apuração, do controle e da recuperação do Valor Adicionado Fiscal – VAF do Município do Crato.

2.8.2. O software constitui a plataforma central de tratamento, cruzamento e auditoria das informações fiscais, sendo a implantação, o treinamento e o suporte técnico elementos indispensáveis à sua plena operacionalização. Os serviços de consultoria e assessoria tributária, por sua vez, dependem diretamente do correto funcionamento, da parametrização e da confiabilidade dos dados processados pelo sistema.

2.8.3. O fracionamento do objeto poderia gerar riscos de incompatibilidade técnica, dificuldades de integração, aumento de custos operacionais e fragilização da responsabilização contratual, além de comprometer a coerência metodológica entre a análise dos dados e a formulação das contestações administrativas junto à SEFAZ-CE.

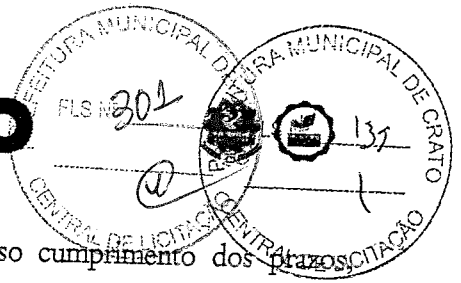
2.8.4. A contratação conjunta assegura que o prestador da consultoria detenha domínio técnico integral da solução tecnológica utilizada, condição essencial para a correta interpretação das informações fiscais, elaboração de memoriais de cálculo e obtenção de resultados efetivos na recuperação do VAF.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Requisitos Gerais

3.1.1. A CONTRATADA deve possuir comprovada experiência em direito tributário aplicado ao ICMS, auditoria fiscal, análise de obrigações acessórias, processamento de dados da Escrituração Fiscal Digital e revisão dos elementos que compõem o Valor Adicionado Fiscal, devidamente demonstrada por meio de atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto.

3.1.2. Devem ser apresentadas referências que comprovem a efetividade dos serviços prestados e a capacidade de atuação técnico-jurídica em demandas similares, especialmente relacionadas à auditoria fiscal, à revisão de dados da Escrituração Fiscal Digital e à análise dos elementos que compõem o Valor Adicionado Fiscal, em favor de entes públicos municipais.



3.1.3. A CONTRATADA deve comprometer-se com o rigoroso cumprimento dos prazos, cronogramas e demandas estabelecidos pela CONTRATANTE.

3.1.4. A execução dos serviços poderá ocorrer de forma remota ou presencial, conforme a natureza de cada atividade, garantindo disponibilidade da equipe técnica quando demandada.

3.1.5. A CONTRATADA deverá garantir a participação da CONTRATANTE em reuniões técnicas e nas interações necessárias com a Secretaria da Fazenda Estadual, SEFAZ/CE, ou com demais órgãos responsáveis pela apuração do ICMS e do VAF, podendo tais interações ocorrer presencialmente ou por videoconferência, conforme determinação da CONTRATANTE.

3.1.6. A CONTRATADA deve atuar com absoluta transparência, fornecendo relatórios periódicos das atividades, evidências técnicas, rastreabilidade dos procedimentos adotados e documentação comprobatória das análises realizadas.

3.1.7. A CONTRATADA deverá observar padrões éticos, profissionais e de integridade, mantendo conduta compatível com os princípios aplicáveis à Administração Pública.

3.1.8. A execução contratual deverá ser pautada pela boa-fé, cooperação, eficiência e pela busca da economicidade e correção de eventuais inconsistências tarifárias, técnicas ou regulatórias.

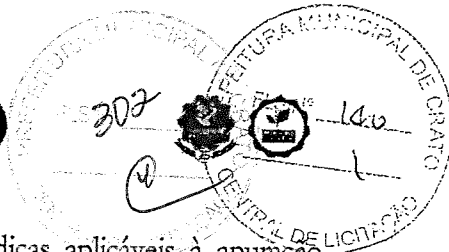
3.1.9. A CONTRATADA deverá manter comunicação clara, registrar formalmente as orientações e manter canal de atendimento para esclarecimentos e suporte técnico durante toda a vigência do contrato.

3.1.10. A CONTRATADA deve apresentar equipe técnica mínima composta por profissionais com formações compatíveis com as áreas de direito tributário, contabilidade, administração pública, economia, tecnologia da informação ou análise de dados, devidamente capacitados para atuação em auditoria fiscal, processamento de informações da Escrituração Fiscal Digital e revisão dos elementos que compõem o Valor Adicionado Fiscal, com comprovação documental das qualificações.

3.1.11. A CONTRATADA deve apresentar metodologia de trabalho clara e detalhada, contemplando etapas, técnicas de auditoria fiscal, fluxos de validação, critérios de conferência das obrigações acessórias, ferramentas de análise de dados e padrões de verificação aplicáveis ao ICMS e ao VAF, a qual será submetida à análise e validação da CONTRATANTE.

3.2. Requisitos Legais

3.2.1. A contratação deverá observar integralmente as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, sua legislação correlata, bem como o Decreto Municipal vigente que regulamenta as contratações públicas no âmbito do Município do Crato.



3.2.2. A execução dos serviços deve respeitar as disposições jurídicas aplicáveis à apuração, composição e distribuição da cota-parte do ICMS, especialmente:

3.2.2.1. Constituição Federal, art. 158, IV (repasses de ICMS aos municípios).

3.2.2.2. Emenda Constitucional nº 108/2020, que reforça critérios de repartição.

3.2.2.3. Lei Complementar nº 63, de 11/01/1990, que dispõe sobre normas gerais de cálculo do Valor Adicionado e da formação do Índice de Participação dos Municípios.

3.2.2.4. Lei Estadual do Ceará nº 17.320, de 23/10/2020, que disciplina a utilização dos indicadores para composição do IPM/ICMS no Estado.

3.2.2.5. Decreto Estadual nº 34.105, de 16/06/2021, que regulamenta a metodologia de apuração, divulgação e contestação do VAF e do IPM no Ceará.

3.2.2.6. Portarias, normativos e atos publicados pela SEFAZ-CE, relativos à metodologia e à apuração anual do VAF.

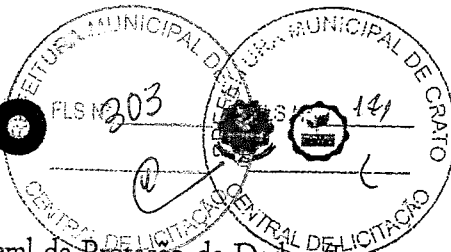
3.2.3. A CONTRATADA deve estar regularmente constituída, com objeto social compatível com as atividades de auditoria fiscal, análise de dados tributários, consultoria especializada em ICMS e soluções tecnológicas aplicadas ao tratamento da EFD e à apuração do Valor Adicionado Fiscal, apresentando toda a documentação comprobatória perante os órgãos competentes.

3.2.4. A CONTRATADA deverá cumprir integralmente todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias, securitárias e administrativas relacionadas aos profissionais envolvidos na execução contratual, responsabilizando-se pela plena regularidade perante os órgãos fiscalizadores, sendo de sua inteira responsabilidade todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços, incluindo salários, encargos, tributos, taxas, seguros, deslocamentos, equipamentos e demais insumos necessários ao cumprimento do objeto.

3.2.5. A CONTRATADA deve observar todas as normas técnicas aplicáveis ao tratamento de dados fiscais e às obrigações acessórias relacionadas ao ICMS, incluindo, mas não se limitando, a: Escrituração Fiscal Digital, NF-e, registros fiscais obrigatórios, manuais da SEFAZ-CE, regras de apuração do VAF, padrões de validação, critérios de contestação administrativa e demais instrumentos normativos correlatos.

3.2.6. A CONTRATADA responderá integralmente por quaisquer perdas, danos, falhas, interrupções, inconsistências ou prejuízos decorrentes de ações, omissões ou erros próprios ou de sua equipe, sem prejuízo das demais responsabilidades civis, administrativas e legais aplicáveis.

3.2.7. É vedada a publicidade, divulgação ou uso comercial dos resultados, análises ou dados relativos ao serviço prestado, salvo autorização expressa da CONTRATANTE.



3.2.8. A CONTRATADA deve observar integralmente a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018), adotando medidas de segurança, confidencialidade e proteção de dados pessoais.

3.2.9. A CONTRATADA deverá estar devidamente cadastrada e regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

3.3. Requisitos de Segurança

3.3.1. A CONTRATADA deverá zelar pela qualidade técnica da equipe responsável pela execução do contrato, assegurando a prestação adequada, tempestiva e eficiente dos serviços de auditoria fiscal, processamento de dados e suporte ao software, observando os indicadores de desempenho definidos pela CONTRATANTE.

3.3.2. A CONTRATADA deve garantir que todo processamento, armazenamento, acesso ou transmissão de dados do Município, especialmente informações fiscais, contábeis, cadastrais e elementos da EFD utilizados na apuração do VAF, ocorra exclusivamente em ambiente seguro, auditável, protegido contra acessos não autorizados e em conformidade com políticas de segurança da informação.

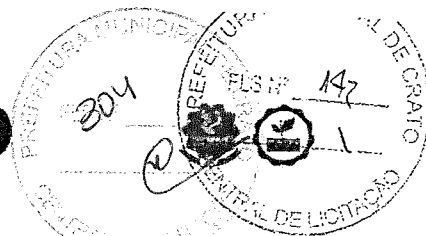
3.3.3. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre todos os dados, documentos, relatórios, análises, códigos, registros ou informações sensíveis aos quais tiver acesso em razão da execução contratual, abstendo-se de utilizá-los para qualquer finalidade distinta da prevista no objeto.

3.3.4. O tratamento de dados pessoais e fiscais deverá ocorrer exclusivamente segundo as instruções da CONTRATANTE, observando-se rigorosamente a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018) e demais normativos aplicáveis, sendo vedado qualquer compartilhamento indevido.

3.3.5. A CONTRATADA deverá adotar controles técnicos e administrativos destinados a preservar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade das informações tratadas, incluindo mecanismos de criptografia, controle de acesso, backups periódicos, ambientes segregados e monitoramento contínuo.

3.3.6. A CONTRATADA deve manter registros detalhados das atividades executadas no âmbito do contrato, tais como logs de acesso, trilhas de auditoria, históricos de processamento, relatórios técnicos e evidências operacionais, garantindo a rastreabilidade, transparência e auditabilidade de todas as operações realizadas no software e na análise dos dados relativos ao VAF.

3.4. Requisitos de Sustentabilidade



3.4.1. A CONTRATADA deve promover práticas sustentáveis que minimizem impactos ambientais e incentivem o uso racional de recursos.

3.4.2. A CONTRATADA deve adotar políticas de valorização, desenvolvimento e proteção social de sua equipe, assegurando condições dignas e inclusivas de trabalho.

3.4.3. A CONTRATADA deve contribuir para o desenvolvimento econômico e profissional de sua cadeia de valor, observando critérios de responsabilidade social.

3.4.4. A CONTRATADA deve buscar inovação e melhoria contínua, aplicando metodologias atualizadas, ferramentas tecnológicas e boas práticas.

3.4.5. A CONTRATADA deve priorizar fornecedores e parceiros que adotem práticas responsáveis e sustentáveis alinhadas à execução contratual.

3.4.6. Sempre que possível, a CONTRATADA deve utilizar meios digitais para comunicação, entrega de relatórios e gestão dos serviços, reduzindo o uso de recursos materiais.

3.5. Requisitos do Software

O software destinado à realização da apuração do VAF deverá possuir, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

3.5.1. Importação de Arquivos

3.5.1.1. Importação do arquivo de CONTRIBUINTES de ICMS, disponibilizado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará – SEFAZ, conforme cadastro do SINTEGRA;

3.5.1.2. Arquivos Simples Nacional, especificamente DEFIS e PGDAS-D.

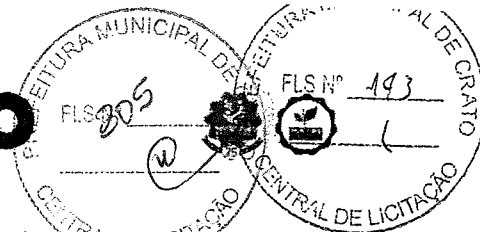
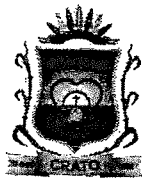
3.5.1.3. Arquivos da EFD ICMS-IPI, como previsto no ATO COTEPE/ICMS 44, de 07 de agosto de 2018, e suas alterações.

3.5.1.4. Arquivos XML de Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e), modelo 55, e Cupom Fiscal Eletrônico (NFC-e), modelo 65, como instituídos nos Ajustes SINIEF 07/05 e 22/13, e como obrigados aos contribuintes do ICMS nos termos dos Protocolos ICMS 10/2007 e 42/2009 e suas alterações posteriores.

3.5.1.5. Arquivos XML de Conhecimento Eletrônico de Transporte (CT-e), modelo 57, instituído pelo Ajuste SINIEF 09/07, de 25/10/2007, com as especificações técnicas do Ato COTEPE 08/08 e do Ajuste SINIEF 08/2012.

3.5.1.6. Possibilidade de parametrizações para importação de relatórios disponibilizados pela SEFAZ-CE, onde são disponibilizadas informações sobre apuração do VAF.

3.5.2. Cadastro



3.5.2.1. Manutenção de cadastro dos contribuintes: o sistema deverá permitir edição de campos cadastrais referentes aos contribuintes constantes na tabela de ativos, objetivando atualizações tais como nome do responsável (contador), e-mail, endereço, telefone. Os campos passíveis de alteração deverão ser aqueles estabelecidos pela Secretaria de Fazenda.

3.5.2.2. Cadastro de usuários: a ferramenta de administração do sistema deverá permitir configurar normas de segurança da aplicação, definir os usuários autorizados e permissões de acesso de cada um, de tal modo a:

3.5.2.2.1. Configurar um ou mais usuários com perfil de privilégio máximo de acesso para o município, com capacidade de atribuição de perfis de acesso aos demais usuários;

3.5.2.2.2. Deve ser possível o acesso a informações de monitoramento da utilização do sistema por usuário e logs de uso do sistema;

3.5.2.2.3. Deverá registrar trilhas de auditoria de acesso às funções do sistema, bancos de dados, documentos e escriturações fiscais digitais, controlando perfis de usuários e acesso às funções dos aplicativos, com capacidade de emissão de relatório sobre tais registros, identificando o acesso por usuário, período de utilização e dados acessados;

3.5.2.2.4. Deverá ter a possibilidade de cadastro de assinatura do usuário.

3.5.2.3. O sistema deverá conter pelo menos três níveis hierárquicos de acesso:

3.5.2.3.1. Administrador: acesso a todas as funções incluindo cadastro de usuários;

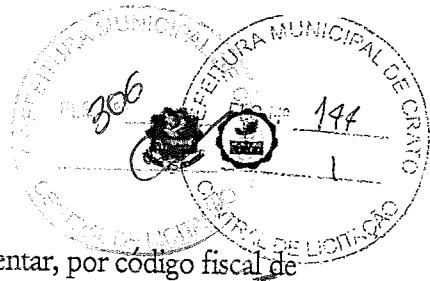
3.5.2.3.2. Fiscal/auditor: acesso às funções de operação;

3.5.2.3.3. Auxiliar: somente acesso aos relatórios.

3.5.3. Processamento de Arquivos e Resultados a Serem Apresentados

3.5.3.1. O sistema deverá apresentar, a partir dos arquivos da EFD ICMS-IPI, os valores que compõem o valor adicionado fiscal, comparando-os com aqueles apresentados na publicação do VAF pela SEFAZ-CE. Deverá identificar, para os contribuintes que tiveram seus registros fiscais de documentos eletrônicos carregados no sistema, as divergências entre os cálculos realizados pelo sistema, referentes aos quadros de movimentação de ENTRADA, SAÍDA e ajustes de valor adicionado (OPERAÇÕES DEDUTÍVEIS) e aqueles apresentados pela SEFAZ-CE.

3.5.3.2. Deverá obter de forma consolidada, a partir do processamento da EFD ICMS-IPI, as informações contábeis referentes às entradas, saídas e operações dedutíveis do contribuinte, gerando assim seu VALOR ADICIONADO ANUAL A PARTIR DA EFD ICMS-IPI.



3.5.3.3. O processamento dos arquivos da EFD ICMS-IPI deverá apresentar, por código fiscal de operação – CFOP, as seguintes informações:

- 3.5.3.3.1. Valor contábil;
- 3.5.3.3.2. Base de cálculo;
- 3.5.3.3.3. ICMS;
- 3.5.3.3.4. Base de cálculo ST;
- 3.5.3.3.5. ICMS ST;
- 3.5.3.3.6. Operação sem crédito;
- 3.5.3.3.7. Valor IPI.

3.5.3.4. Além disso, para cada CFOP obtido no processamento da EFD ICMS-IPI, o sistema deverá listar todos os documentos fiscais eletrônicos (NF-es, CT-es, NFS-es) escriturados sob aquele código. Esta listagem deverá ter no mínimo as seguintes informações:

- 3.5.3.4.1. Chave do documento eletrônico;
- 3.5.3.4.2. Número do documento;
- 3.5.3.4.3. Valor;
- 3.5.3.4.4. Data de emissão.

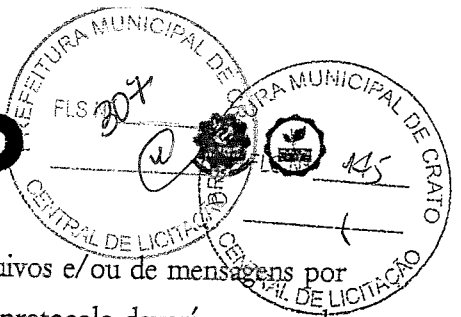
3.5.3.5. O sistema deverá, a partir do processamento de todos os arquivos da PGDAS do corrente ano, apurar a receita bruta anual dos contribuintes de ICMS optantes pelo regime do Simples Nacional, bem como o valor adicionado gerado por cada um deles, isto é, 32% dessa receita.

3.5.3.6. O sistema deverá ainda cruzar o VAF por ele apurado com aquele apresentado pela SEFAZ-CE.

3.5.4. Envio de Notificações Eletrônicas

3.5.4.1. O sistema deverá oferecer a possibilidade de enviar carta eletrônica para solicitação dos 12 arquivos da EFD ICMS-IPI, referentes ao ano-base de apuração do VAF, para os contribuintes obrigados a essa escrituração digital. O envio dessa correspondência deverá apresentar dados do contribuinte (CNPJ, inscrição estadual, razão social) e ser encaminhado para o e-mail do contato responsável por ele. Deverão ainda constar o brasão do município e os dados de identificação do remetente.

3.5.4.2. A entrega dos arquivos da EFD ICMS-IPI pelo contribuinte deverá ser realizada pelo sistema. Isto é, o contribuinte deverá ter acesso a um formulário do sistema para realizar o upload dos arquivos da EFD ICMS-IPI, conforme solicitado na carta descrita no item 1, bem como para



enviar mensagens ao requisitante dos arquivos. Todo envio de arquivos e/ou de mensagens por parte do contribuinte deverá gerar um protocolo de controle. Esse protocolo deverá ser enviado automaticamente ao e-mail do contribuinte.

3.5.5. Gestão de Respostas

3.5.5.1. O sistema deverá possuir um módulo para a gestão de mensagens e arquivos recebidos. A análise da resposta enviada pelo contador deverá ser visualizada no módulo de gestão de resposta do usuário (fiscal). Na lista de contribuintes notificados, o sistema deverá indicar os que já apresentaram resposta como “RESPONDIDO” e os que não apresentaram resposta como “NÃO RESPONDIDO”. Este módulo deverá possuir no mínimo:

3.5.5.1.1. Envio de uma contrarresposta ou dar baixa no sistema da questão relativa a aquele contribuinte.

3.5.5.1.2. Data e hora do envio da notificação.

3.5.5.1.3. Número do protocolo gerado para o contador.

3.5.5.1.4. Informação sobre o valor adicionado atual e anterior do contribuinte.

3.5.5.1.5. Atalho para visualização e/ou impressão da notificação enviada.

3.5.5.1.6. Possibilidade de atualização do e-mail do contador e reenvio da notificação.

3.5.5.1.7. Possibilidade de registrar no sistema a resposta do contador enviada por outros meios, como e-mail e protocolo geral da prefeitura (resposta em papel).

3.5.5.1.8. Possibilidade de associar “status” à resposta do contribuinte, tais como:

3.5.5.1.8.1. Encerrado;

3.5.5.1.8.2. Pré-encerrado;

3.5.5.1.8.3. Em andamento;

3.5.5.1.8.4. Possibilidade de, ao enviar uma contrarresposta para um contribuinte, anexar arquivos.

3.5.6. Emissão de Relatórios

3.5.6.1. O sistema deverá disponibilizar, no mínimo, os seguintes relatórios:

3.5.6.2. Relatório cadastral dos contribuintes.

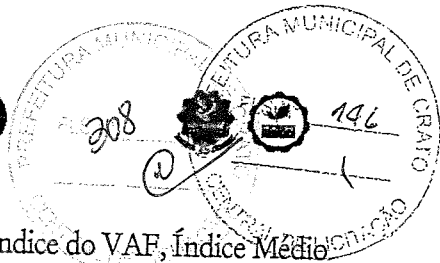
3.5.6.3. Listagem simplificada dos contribuintes ATIVOS, INATIVOS, SUSPENSOS.

3.5.6.4. Listagem dos contadores responsáveis pelos contribuintes do município.

3.5.6.5. Listagem de contribuintes com VAF atual, VAF anterior, diferença absoluta e relativa.

3.5.6.6. Listagem de contribuintes que apresentaram distribuição de VAF ao município.

3.5.6.7. Histórico do valor adicionado municipal, pelo menos os cinco últimos exercícios, apresentando gráfico do VAF, do Índice do VAF, do Índice Médio do VAF e do IPM.



3.5.6.8. Tabela de dados contendo, para os últimos cinco anos, VAF, Índice do VAF, Índice Médio do VAF, IPM, VAF estadual e os percentuais de queda ou aumento em cada ano.

3.5.6.9. Resumo dos CFOP's obtidos da EFD ICMS-IPI. Contribuinte por período.

3.5.6.10. Quantitativos de contribuintes por regime de tributação.

3.5.6.11. Relatório SN 1: VAF SN Município x VAF SN SEFAZ-CE - CNPJ, Inscrição Estadual, Razão Social, total da receita com incidência de ICMS (base de cálculo do VAF), Valor Adicionado (32%), VAF apresentado no arquivo de retorno do SEF-MG, diferença apurada, total da diferença apurada.

3.5.6.12. Relatório SN 2 – Relatório analítico – Prova para recurso junto à SEFAZ-CE – CNPJ, Inscrição Estadual, Razão Social, CNAE (atividade econômica), receita com incidência de ICMS – de janeiro a dezembro, Nº de autenticação (chave, ID) da PGDAS referente ao respectivo mês de transmissão, total da receita anual (base de cálculo do VAF).

3.5.6.13. Relatório SN 3 – DEFIS – CNPJ, ID da DEFIS, Razão Social, Unidade da Federação (UF), total global dos valores detalhados na DEFIS para o município, cálculo do VAF (32%), valor lançado do crédito externo pela SEF-MG, diferença, total das diferenças. Para todas as opções de relatórios, o sistema deverá permitir a exportação para os seguintes formatos: PDF e/ou XLS.

3.5.7. Sobre a Plataforma

3.5.7.1. O software deverá ser disponibilizado em plataforma 100% web, acessível por meio dos principais navegadores de mercado, dispensando a instalação de componentes locais ou dependências específicas nos equipamentos da CONTRATANTE.

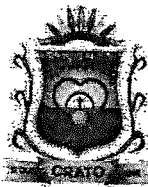
3.5.7.2. A aplicação deverá operar exclusivamente sob o protocolo HTTPS, utilizando certificado digital SSL (Secure Sockets Layer) válido, emitido por Autoridade Certificadora reconhecida, assegurando a integridade, a autenticidade e a confidencialidade das informações transmitidas.

3.5.7.3. A plataforma deverá garantir alta disponibilidade, desempenho compatível com o volume de dados processados, escalabilidade, estabilidade operacional e compatibilidade com padrões modernos de segurança da informação.

3.5.7.4. O ambiente tecnológico deverá permitir auditoria, rastreabilidade das operações e segregação lógica dos dados do Município do Crato, garantindo que as informações não sejam compartilhadas com terceiros ou com outros entes.

3.5.8. Suporte técnico e treinamento

3.5.8.1. A CONTRATADA deverá realizar, no momento da implantação do sistema, treinamento técnico com carga horária mínima de 30 (trinta) horas, destinado aos servidores municipais



responsáveis pela operação da ferramenta, abrangendo todas as suas funcionalidades, fluxos operacionais, relatórios e procedimentos de auditoria do VAF.

3.5.8.2. O treinamento deverá capacitar os usuários para a utilização plena do sistema, a interpretação dos resultados, a geração de relatórios e o suporte às atividades de auditoria fiscal e de contestação administrativa.

3.5.8.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte técnico contínuo, por meio de canais oficiais de comunicação, tais como e-mail, telefone e ferramentas de comunicação remota, durante toda a vigência contratual.

3.5.8.4. Prestação de consultoria e assessoria especializada para análise da Escrituração Fiscal Digital – EFD, auditoria das operações de entradas e saídas, identificação de inconsistências, elaboração de memoriais de cálculo, formulação de contestações administrativas junto à SEFAZ-CE e acompanhamento dos critérios que impactam o Índice de Participação dos Municípios – IPM, assegurando ao Município do Crato maior precisão, controle e maior potencial de recuperação de receitas na apuração do VAF.

3.5.8.5. Os chamados técnicos deverão ser respondidos no prazo máximo de 12 (doze) horas, contadas a partir do registro da solicitação, incluindo, quando necessário, atendimento presencial (in loco) por equipe técnica especializada.

3.5.8.6. O suporte deverá abranger a correção de falhas, o esclarecimento de dúvidas, os ajustes operacionais, a atualização do sistema e o acompanhamento técnico das demandas relacionadas à apuração do VAF e do IPM.

4. REQUISITOS DO FORNECEDOR

4.1. Para fins de habilitação, a licitante deverá comprovar os requisitos previstos nos artigos 62 a 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. Qualificação Técnica.

4.2.1. A licitante deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica que comprove(m) a execução de serviços similares aos descritos neste Termo de Referência, com complexidade tecnológica, operacional e técnica equivalente ou superior ao objeto da contratação, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, ou, quando aplicável, por conselho profissional competente.

4.2.2. Para fins de comprovação da aptidão técnica, os atestados apresentados deverão atender, no mínimo, às seguintes características:



responsáveis pela operação da ferramenta, abrangendo todas as suas funcionalidades, fluxos operacionais, relatórios e procedimentos de auditoria do VAF.

3.5.8.2. O treinamento deverá capacitar os usuários para a utilização plena do sistema, a interpretação dos resultados, a geração de relatórios e o suporte às atividades de auditoria fiscal e de contestação administrativa.

3.5.8.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte técnico contínuo, por meio de canais oficiais de comunicação, tais como e-mail, telefone e ferramentas de comunicação remota, durante toda a vigência contratual.

3.5.8.4. Prestação de consultoria e assessoria especializada para análise da Escrituração Fiscal Digital – EFD, auditoria das operações de entradas e saídas, identificação de inconsistências, elaboração de memoriais de cálculo, formulação de contestações administrativas junto à SEFAZ-CE e acompanhamento dos critérios que impactam o Índice de Participação dos Municípios – IPM, assegurando ao Município do Crato maior precisão, controle e maior potencial de recuperação de receitas na apuração do VAF.

3.5.8.5. Os chamados técnicos deverão ser respondidos no prazo máximo de 12 (doze) horas, contadas a partir do registro da solicitação, incluindo, quando necessário, atendimento presencial (in loco) por equipe técnica especializada.

3.5.8.6. O suporte deverá abranger a correção de falhas, o esclarecimento de dúvidas, os ajustes operacionais, a atualização do sistema e o acompanhamento técnico das demandas relacionadas à apuração do VAF e do IPM.

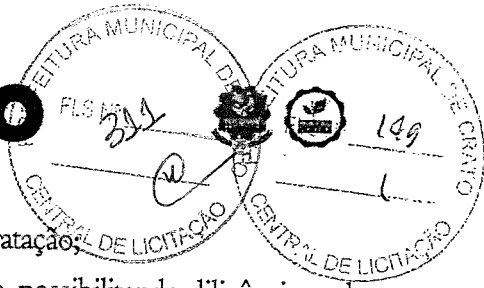
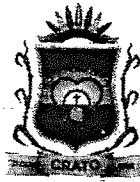
4. REQUISITOS DO FORNECEDOR

4.1. Para fins de habilitação, a licitante deverá comprovar os requisitos previstos nos artigos 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

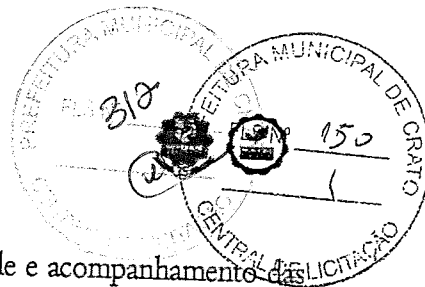
4.2. Qualificação Técnica.

4.2.1. A licitante deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica que comprove(m) a execução de serviços similares aos descritos neste Termo de Referência, com complexidade tecnológica, operacional e técnica equivalente ou superior ao objeto da contratação, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, ou, quando aplicável, por conselho profissional competente.

4.2.2. Para fins de comprovação da aptidão técnica, os atestados apresentados deverão atender, no mínimo, às seguintes características:



- 4.2.2.1. Referir-se a serviços compatíveis com o objeto desta contratação;
- 4.2.2.2. Conter identificação clara e completa da entidade emitente, possibilitando diligências pela Administração;
- 4.2.2.3. Registrar manifestação quanto à qualidade, à regularidade e à satisfação dos serviços prestados.
- 4.2.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante.
- 4.2.4. A licitante deverá disponibilizar, sempre que solicitado, as informações complementares necessárias à verificação da autenticidade dos atestados, incluindo cópia dos contratos, dados de contato da entidade emitente e o local de execução dos serviços.
- 4.3. Características técnicas obrigatórias a constar no Atestado de Capacidade Técnica**
- 4.3.1. Para fins de comprovação da aptidão técnica específica relacionada ao fornecimento do software de monitoramento, auditoria e apuração do Valor Adicionado Fiscal – VAF, o(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) declarar expressamente que a solução disponibilizada pela licitante possui, no mínimo, as seguintes características e funcionalidades:
- 4.3.1.1. Importação de arquivos fiscais e tributários, contemplando:
- 4.3.1.1.1. Arquivo de contribuintes ativos do ICMS;
- 4.3.1.1.2. Arquivos da Escrituração Fiscal Digital – EFD ICMS-IPI;
- 4.3.1.1.3. Arquivos da Receita Federal do Brasil referentes ao Simples Nacional, especialmente PGDAS-D e DEFIS;
- 4.3.1.1.4. Arquivos XML da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e e do Conhecimento de Transporte Eletrônico – CT-e.
- 4.3.1.2. Funcionalidades mínimas do software, incluindo, obrigatoriamente:
- 4.3.1.2.1. Geração do Resumo de CFOPs para o ano-base de apuração do Valor Adicionado Fiscal, a partir da EFD ICMS-IPI;
- 4.3.1.2.2. Apuração e identificação de divergências entre os valores do VAF publicados pelo Estado e aqueles apurados pelo Município com base na EFD ICMS-IPI;
- 4.3.1.2.3. Envio de notificações eletrônicas aos contribuintes;



4.3.1.2.4. Existência de módulo específico para gerenciamento, controle e acompanhamento das respostas às notificações expedidas, com registro de status, protocolos e histórico de interações.

4.3.2. A exigência das características acima justifica-se pela complexidade técnica do objeto, pela necessidade de assegurar a plena aderência às regras de apuração do ICMS e do VAF e pela relevância dos impactos financeiros decorrentes da correta apuração do Índice de Participação dos Municípios – IPM.

4.4. Teste de Conformidade do Software (Prova de Conceito)

4.4.1. Como condição para a confirmação da habilitação técnica, a licitante vencedora deverá apresentar, no dia útil seguinte à realização do certame, o software ofertado para fins de Teste de Conformidade (Prova de Conceito), destinado à verificação prática do atendimento integral aos requisitos funcionais, técnicos e operacionais definidos neste Termo de Referência.

4.4.2. O Teste de Conformidade terá por finalidade avaliar a exatidão, a aderência técnica, a funcionalidade e a conformidade do software com as especificações mínimas exigidas, conforme critérios estabelecidos no Anexo I – Roteiro de Teste de Conformidade.

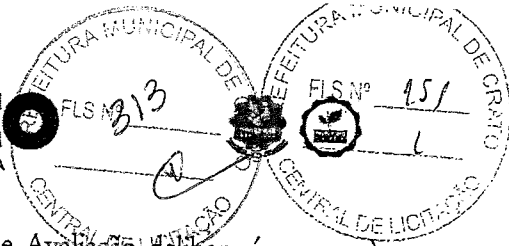
4.4.3. Os requisitos técnicos demonstrados no Teste de Conformidade serão avaliados por Comissão Técnica de Avaliação (CTA), instituída especificamente para esta finalidade, composta por servidores designados pela Administração, com conhecimento técnico compatível com o objeto.

4.4.4. O Teste de Conformidade será realizado em local, data e horário definidos pelo Pregoeiro, que disponibilizará equipamento com acesso à internet para a realização da demonstração.

4.4.5. Os demais licitantes serão formalmente comunicados quanto ao local, à data e ao horário do Teste de Conformidade, podendo indicar representante para acompanhar a sessão, dentro do prazo estabelecido na comunicação oficial.

4.4.6. Durante a demonstração, somente os membros da Comissão Técnica de Avaliação poderão formular questionamentos ou solicitar esclarecimentos ao representante da licitante.

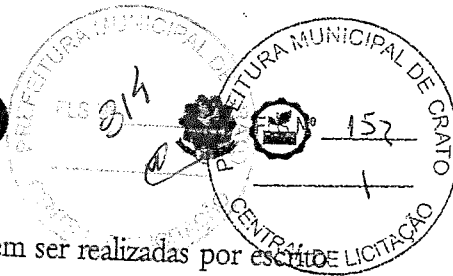
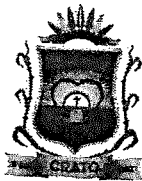
4.4.7. Encerrada a sessão de avaliação, será concedido o prazo de 02 (dois) dias úteis para que os demais licitantes apresentem recurso contra o resultado do Teste de Conformidade, desde que manifestem intenção ao final da sessão.



- 4.4.8. Havendo interposição de recurso, a Comissão Técnica de Avaliação deliberará quanto à conformidade do sistema demonstrado no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do encerramento do prazo recursal.
- 4.4.9. Não havendo manifestação de recurso, a Comissão poderá deliberar imediatamente ou no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.
- 4.4.10. Em caso de desclassificação, será assegurado à licitante o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação de recurso contra a decisão da Comissão Técnica de Avaliação, o qual deverá ser julgado no mesmo prazo.
- 4.4.11. Mantida a desclassificação, o Pregoeiro convocará a licitante subsequente, observando-se integralmente os mesmos procedimentos de avaliação técnica.
- 4.4.12. Sendo considerada conforme, o Pregoeiro ou a autoridade competente procederá à adjudicação do objeto.
- 4.4.13. De toda a sessão será lavrada ata circunstanciada, registrando-se as ocorrências relevantes, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, pelos membros da Comissão Técnica de Avaliação e pelos licitantes presentes.
- 4.4.14. A licitante convocada para o Teste de Conformidade deverá apresentar o Termo de Compromisso, de Sigilo e de Confidencialidade, conforme o modelo constante do Anexo II.
- 4.4.15. Os demais licitantes que desejarem acompanhar o Teste de Conformidade deverão apresentar Termo de Compromisso, Sigilo e Confidencialidade, conforme modelo do Anexo III.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

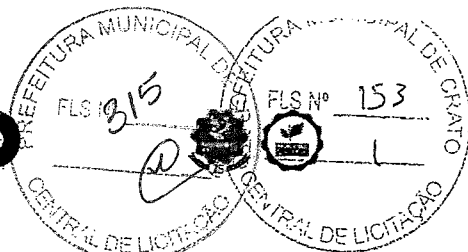
- 5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 5.3. Ao assinar o contrato, o contratado deve definir preposto para contatos e providências, bem como seus contatos telefônicos e via e-mail.



- 5.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 5.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 5.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 5.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos servidores Natércia Gonçalves Brasil, matrícula nº 54424, no cargo de fiscal titular, e Yohanna Karollyne dos Santos Brígido, matrícula nº 54279, como substituto, e atender a todos os regramentos referentes a sua temática, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, com observância integral das disposições do Anexo VI do Decreto Municipal nº 16.020/2023-GP e da Portaria de Designação do Fiscal.
- 5.8. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6. REGIME DE EXECUÇÃO

- 6.1. O serviço deverá ser iniciado a partir da assinatura do contrato ou recebimento da ordem de serviço.
- 6.2. Caso não seja possível o início na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 6.3. A comunicação deve atender ao item 5 deste Termo de Referência.
- 6.4. A prestação dos serviços dar-se-á de forma presencial e/ou remota, a depender das exigências da contratante.
- 6.5. O pagamento dos serviços contratados ficará condicionado à efetiva execução e à aprovação, pela Administração, das respectivas etapas, observadas as seguintes condições:



6.5.1. Item 01 – Licenciamento de direito de uso de software: o pagamento será realizado mensalmente, de forma proporcional ao período de utilização, mediante atesto da regular prestação do serviço, da disponibilidade da solução tecnológica e do pleno funcionamento do sistema, durante a vigência contratual.

6.5.2. Item 02 – Serviços de instalação, transição, configuração e parametrização de software: o pagamento será efetuado após a conclusão integral da implantação, condicionado ao aceite formal da Administração quanto à plena operacionalidade do sistema e ao atendimento dos requisitos técnicos definidos no Termo de Referência.

6.5.3. Item 03 – Treinamento de uso do software: o pagamento ocorrerá após a execução integral da carga horária contratada, mediante comprovação da realização do treinamento, do registro de presença dos participantes e do atesto da Administração quanto à adequação do conteúdo ministrado.

6.5.4. Item 04 – Serviços de consultoria e assessoria tributária (parcela de êxito): o pagamento será devido exclusivamente após a comprovação efetiva dos valores recuperados, decorrentes das ações de auditoria, análise técnica e contestação administrativa, sendo a remuneração correspondente ao percentual do montante comprovadamente recuperado, vedado qualquer pagamento antecipado ou desvinculado do êxito obtido.

6.5.5. Em nenhuma hipótese será admitido adiantamento de valores, ficando todos os pagamentos condicionados à comprovação da execução dos serviços, à verificação dos resultados alcançados, quando aplicável, e ao regular atesto da Administração, em estrita observância aos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público.

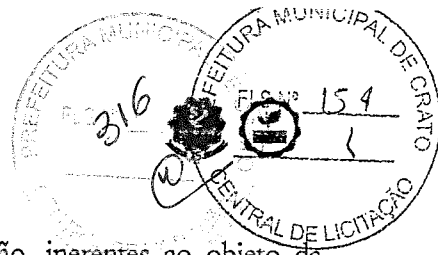
6.6. São obrigações da contratada:

6.6.1. Atender a todos os requisitos constantes do item 3 deste Termo de Referência, para atender plenamente ao objeto.

6.6.2. Realizar os serviços em plena conformidade durante toda a vigência do contrato, seguindo rigorosamente as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta da empresa contratada, incluindo a apresentação da nota fiscal correspondente, com a descrição detalhada do serviço, quando aplicável.

6.6.3. Responsabilizar-se pelos erros e danos decorrentes de falha na prestação dos serviços.

6.6.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, às suas expensas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, os problemas e as consequências destes, decorrente da falha na prestação dos serviços.



6.6.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação.

6.6.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade exigidas pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pelo Decreto Municipal nº 1602001/2023 – GP e suas alterações.

6.6.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

6.6.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

6.6.9. Disponibilizar e manter toda a infraestrutura necessária para a execução dos serviços de que trata este instrumento;

6.6.10. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da contratante.

6.6.11. Assumir inteira responsabilidade pela garantia e qualidade dos serviços prestados, reservando à contratante o direito de glosar o pagamento caso não satisfaça os padrões especificados, até que sejam devidamente executados.

6.6.12. Quando for o caso, comunicar imediatamente à contratante qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências necessárias.

6.6.13. Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da execução dos serviços, seja por falha técnica ou por ação ou omissão de seus prepostos.

7. PREVISÃO DE PENALIDADES

7.1. As penalidades e sanções atenderão aos moldes da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. As penalidades e sanções que deverão constar em minuta contratual devem atender ao disposto abaixo.

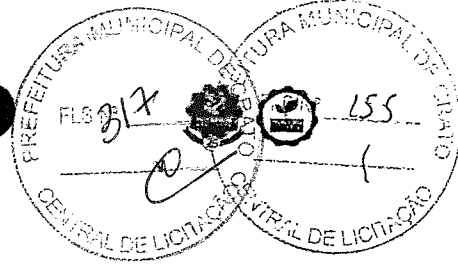
7.3. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

7.3.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

7.3.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.3.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

7.3.4. Ensejar o retardamento da execução sem motivo justificado;



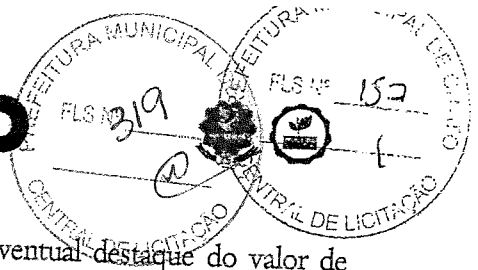
- 7.3.5. Prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 7.3.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 7.3.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 7.3.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 7.4. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
- 7.4.1. advertência;
- 7.4.2. multa;
- 7.4.3. Impedimento de licitar e contratar;
- 7.4.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 7.5. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 7.5.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.5.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 7.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.5.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 7.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.6. A sanção prevista no item 7.4.1. será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item 7.3.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 7.7. A sanção prevista no item 7.4.3. será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 7.3.2., 7.3.3., 7.3.4., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município do Crato/CE, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, a ser definido em processo de penalização.
- 7.8. A sanção prevista no item 7.4.4. será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 7.3.5., 7.3.6., 7.3.7. e 7.3.8., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 7.3.2., 7.3.3., 7.3.4. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no 7.7., e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, a ser definido em processo de penalização.
- 7.9. A sanção estabelecida no item 7.4.4. será precedida de análise jurídica e é de competência exclusiva do Secretário Municipal;



- 7.10. As sanções previstas nos itens 7.4.1., 7.4.3. e 7.4.4. poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item 7.4.2.
- 7.11. A aplicação de multa se dará:
- 7.11.1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato, até o limite de 10 (dez) dias;
- 7.11.2. Compensatória, para as infrações descritas nos itens 7.3.5. e 7.3.8., de 0,5% a 5% do valor do Contrato.
- 7.11.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 7.3.3., de 5% a 10% do valor do Contrato.
- 7.11.4. Para infração descrita no item 7.3.2., a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.
- 7.11.5. Para infrações descritas no item 7.3.4., a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.
- 7.11.6. Para a infração descrita no item 7.3.1., a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato.
- 7.12. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 7.13. Na aplicação da sanção prevista no item 7.4.2., será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 7.14. A aplicação das sanções previstas nos itens 7.4.3. e 7.4.4. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta conforme Lei Federal nº 14.133/2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 7.15. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nas disposições legais.
- 7.16. O procedimento de responsabilização será regido por Instrução Normativa a ser firmada pela administração pública.

8. FORMA DE PAGAMENTO

- 8.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal, ou instrumento de cobrança equivalente apresentado, expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o



período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.3. Estando toda documentação correta, o servidor encaminhará, através de fluxo regido pela Secretaria Municipal de Finanças, para realização de trâmites e pagamento.

8.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.5. O pagamento será efetuado no prazo de 30 dias da finalização do serviço ou de suas medições, respeitadas as disposições do artigo 59 do Decreto Municipal nº 1602001/2023 – GP e suas alterações.

8.6. Deverá ser respeitada a ordem cronológica exigida no artigo nº 141, Lei Federal nº 14.133/2021.

9. POSSIBILIDADE DE REAJUSTE

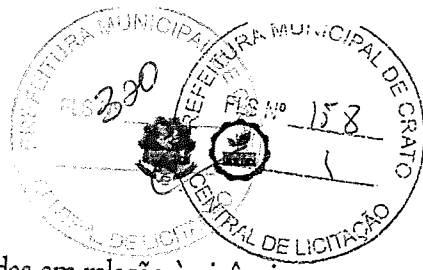
9.1. Os valores contratados poderão ser alterados para atender ao aumento ou diminuição do item contratado, ou para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme o artigo nº 124 da Lei nº 14.133/21 e Anexo VIII do Decreto Municipal nº 1602001/2023-GP e legislações correlatas.

10. FORMALIZAÇÃO E PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. A formalização da presente contratação ocorrerá mediante contrato, cuja minuta integra o edital que será oportunamente publicado.

10.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, na forma dos artigos 105 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.1. A contratação poderá ser prorrogada, conforme previsto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021, por igual período, nos termos do art. 107 da mesma lei, desde que a prorrogação esteja devidamente justificada pela vantagem da manutenção contratual, considerando aspectos como o custo-benefício, a continuidade do serviço, a eficiência administrativa e a economicidade.



10.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação.

Dotação Orçamentária: 2401.04.123.0022.2.190.0000 – Gestão das Atividades Fazendárias e Fiscais do Município.

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte: Recursos Não Vinculados de Impostos

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, em respeito ao art. 106, II da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que prevê para contratações de serviços e fornecimento continuado que a “a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção”.

Crato/CE, 16 de novembro de 2025.

Equipe de Planejamento:

Andersson Alves da Silva
Andersson Alves da Silva
Engenheiro de Produção

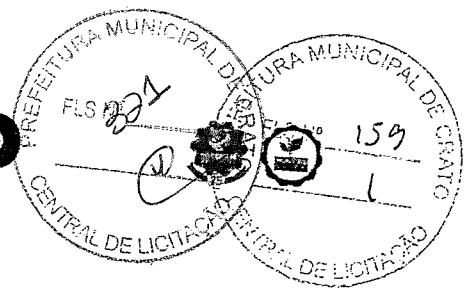
Anna Carolina Fonseca
Anna Carolina Fonseca
Engenheira de Produção

Maria Alyne Barbosa da Silva
Coordenadora Especial de Gestão Legislativa e Tributária

Ordenador de despesas:

Rennan Lobo Xenofonte
Secretário Municipal de Finanças

Palácio Alexandre Arraes - Largo Júlio Saraiva, S/N, Centro, CEP: 63.100-347 - Crato/CE
(88) 3521-9600 | sefin@crato.ce.gov.br
www.crato.ce.gov.br



ANEXO I

LAUDO AVALIATIVO – PROVA DE CONCEITO (POC)

1. OBJETO

Contratação de solução integrada para gestão e auditoria do Valor Adicionado Fiscal – VAF do Município do Crato/CE, compreendendo cessão de direito de uso de software 100% web, serviços de implantação, treinamento, suporte técnico e consultoria tributária especializada. A contratação se destina à Secretaria Municipal de Finanças do Município do Crato.

2. COMISSÃO AVALIADORA

Comissão Técnica de Avaliação – CTA

Portaria nº _____/2025, de ____ de _____ de 2025.

Nome: _____ Função: _____

Nome: _____ Função: _____

Nome: _____ Função: _____

3. EMPRESA CONVOCADA PARA A PROVA DE CONCEITO

Razão Social: _____

CNPJ: _____

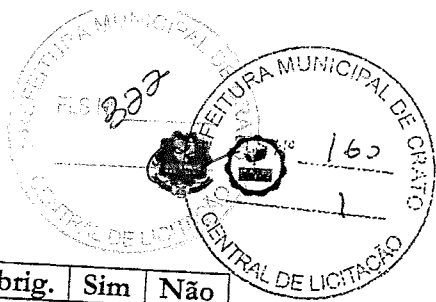
Endereço: _____

CEP: _____

4. ITENS PARA AVALIAÇÃO TÉCNICA DO SOFTWARE

(Assinalar com “X” o atendimento ou não atendimento do requisito)

4.1. Importação de Arquivos



Item	Descrição	Obrig.	Sim	Não
4.1.1	Importação e processamento dos arquivos de Valor Adicionado Provisório e Definitivo disponibilizados pela SEFAZ-CE	X		
4.1.2	Importação dos dados cadastrais dos contribuintes do ICMS (ativos, inativos e suspensos)	X		
4.1.3	Importação de arquivos XML de NF-e (modelo 55) e NFC-e (modelo 65)	X		
4.1.4	Importação de arquivos XML de CT-e (modelo 57)	X		
4.1.5	Importação e processamento da EFD ICMS-IPI (Ato COTEPE/ICMS nº 44/2018 e alterações)	X		
4.1.6	Importação de arquivos PGDAS-D e DEFIS (Simples Nacional)	X		

4.2. Cadastro e Controle de Usuários

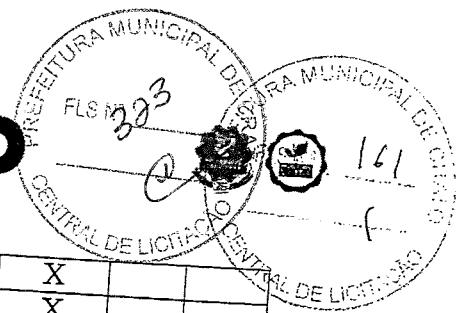
Item	Descrição	Obrig.	Sim	Não
4.2.1	Edição de dados cadastrais dos contribuintes (contador, e-mail, endereço, telefone)	X		
4.2.2	Associação de status ao contribuinte (ativo, inativo, suspenso)	X		
4.2.3	Inativação de contribuintes encerrados sem baixa da inscrição estadual	X		
4.2.4	Exibição do status do contribuinte na listagem geral	X		
4.2.5	Controle de usuários com três níveis de acesso (Administrador, Fiscal/Auditor, Leitor)	X		
4.2.6	Vinculação de contribuintes aos fiscais/auditores responsáveis	X		

4.3. Cadastro de Notificações

Item	Descrição	Obrig.	Sim	Não
4.3.1	Módulo para cadastro dos textos das notificações	X		
4.3.2	Cadastro de assunto, cabeçalho, brasão do município e dados variáveis	X		
4.3.3	Assinatura eletrônica automática do fiscal/auditor responsável	X		

4.4. Cadastro de Formulário de Resposta

Item	Descrição	Obrig.	Sim	Não
4.4.1	Módulo para criação de formulário de resposta do contribuinte	X		



4.4.2	Identificação do município, contribuinte e notificação	X		
4.4.3	Campo de texto livre (mínimo 1.000 caracteres)	X		
4.4.4	Upload de arquivos e documentos	X		

4.5. Processamento da EFD ICMS-IPI

Item	Descrição	Obrig.	Sim	Não
4.5.1	Apuração do VAF a partir da EFD ICMS-IPI	X		
4.5.2	Resumo dos CFOPs e listagem dos documentos fiscais por CFOP	X		
4.5.3	Cruzamento entre apuração municipal e apuração SEFAZ-CE	X		
4.5.4	Apuração específica para transportadoras com rateio do VA	X		
4.5.5	Relatórios comparativos com base em PGDAS-D e DEFIS	X		

4.6. Envio de Notificações Eletrônicas

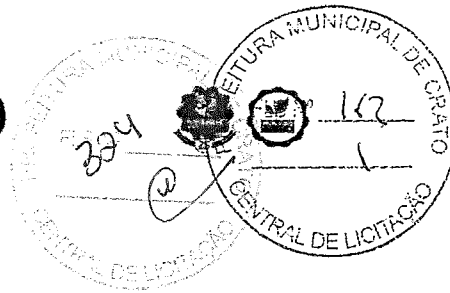
Item	Descrição	Obrig.	Sim	Não
4.6.1	Envio automatizado de notificações eletrônicas	X		
4.6.2	Envio por e-mail ao contador responsável	X		
4.6.3	Seleção múltipla de contribuintes para envio	X		
4.6.4	Geração automática de notificações conforme regras do sistema	X		

4.7. Gestão de Respostas

Item	Descrição	Obrig.	Sim	Não
4.7.1	Módulo de gestão de respostas às notificações	X		
4.7.2	Status de resposta (Respondido / Não Respondido)	X		
4.7.3	Contrarresposta e encerramento de demandas	X		
4.7.4	Registro de respostas recebidas por outros meios	X		

4.8. Emissão de Relatórios

Item	Descrição	Obrig.	Sim	Não
4.8.1	Relatórios cadastrais e gerenciais	X		
4.8.2	Evolução histórica do VAF e IPM	X		
4.8.3	Relatórios analíticos para contestação administrativa	X		
4.8.4	Exportação dos relatórios em PDF e XLS	X		



4.9. Plataforma Tecnológica

Item	Descrição	Obrig.	Sim	Não
4.9.1	Software 100% web, acessível via navegador	X		
4.9.2	Utilização de protocolo HTTPS com certificado SSL válido	X		

5. RESULTADO DA AVALIAÇÃO

() APROVADO

() REPROVADO

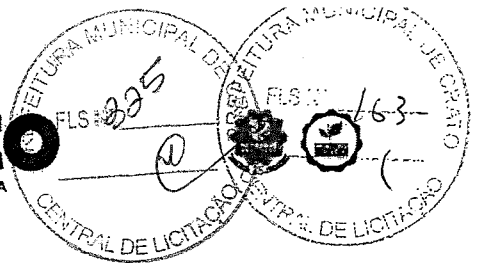
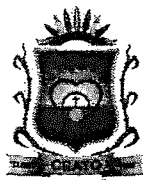
Em caso de reprovação, justificar tecnicamente os itens não atendidos:

Justificativa:

--

6. ASSINATURAS DA COMISSÃO AVALIADORA

Nome Completo	Assinatura



ANEXO II

**TERMO DE COMPROMISSO, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE PARA
PARTICIPAÇÃO EM TESTE DE CONFORMIDADE (PROVA DE CONCEITO)**

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DO CRATO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 07.587.975/0001-07, com sede administrativa no Largo Julio Saraiva, S/N, Centro, Crato/CE, por intermédio da Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, e, de outro lado, _____, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº _____, doravante denominada **COMPROMITENTE-LICITANTE**, neste ato representada por _____, portador do CPF nº _____, doravante denominado **REPRESENTANTE**, ajustam e firmam o presente **TERMO DE COMPROMISSO, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CONSIDERANDOS

Considerando o disposto nos arts. 186, 187, 250, 251 e 851 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002);

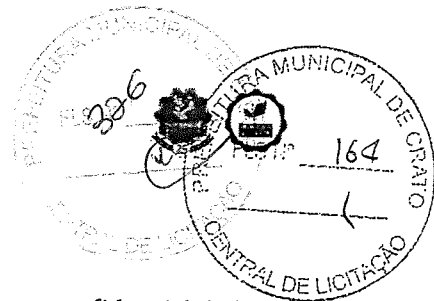
Considerando o disposto nos incisos II e III do art. 6º da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação);

Considerando as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018);

Considerando os crimes contra a Administração Pública tipificados nos arts. 325 a 327 do Código Penal Brasileiro;

Considerando que, para a realização do Teste de Conformidade (Prova de Conceito) previsto no Termo de Referência, faz-se necessária a disponibilização temporária de informações técnicas, fiscais e tributárias sensíveis, protegidas por sigilo legal;

Resolvem as partes firmar o presente Termo, mediante as cláusulas seguintes.



CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto assegurar a proteção, o sigilo e a confidencialidade das informações técnicas, fiscais, tributárias, cadastrais e operacionais disponibilizadas pelo COMPROMISSÁRIO, ou às quais o COMPROMITENTE-LICITANTE e seu REPRESENTANTE tenham acesso, direta ou indiretamente, durante a realização do Teste de Conformidade (Prova de Conceito) do software destinado ao tratamento, monitoramento, auditoria e apuração do Valor Adicionado Fiscal – VAF do Município do Crato.

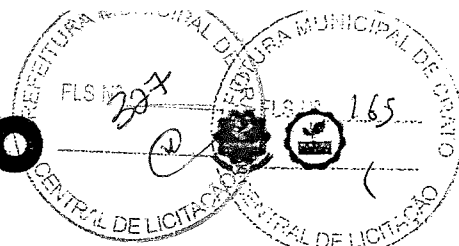
CLÁUSULA SEGUNDA – DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

Para os fins deste Termo, consideram-se **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS E SIGILOSAS**, entre outras:

- I – Dados cadastrais, fiscais, contábeis e econômicos de contribuintes do ICMS estabelecidos no Município do Crato;
- II – Arquivos da Escrituração Fiscal Digital – EFD ICMS-IPI, PGDAS-D, DEFIS, XML de NF-e, CT-e e demais documentos fiscais eletrônicos;
- III – Informações relativas à apuração do Valor Adicionado Fiscal – VAF e do Índice de Participação dos Municípios – IPM;
- IV – Relatórios, cruzamentos de dados, memoriais de cálculo, análises técnicas, metodologias e critérios de auditoria;
- V – Qualquer informação de natureza técnica, operacional, jurídica, tecnológica ou estratégica, apresentada ou acessada durante a Prova de Conceito.

Parágrafo Primeiro. Ao término do Teste de Conformidade, todas as informações confidenciais deverão ser imediatamente excluídas dos sistemas, bases de dados, dispositivos ou ambientes tecnológicos utilizados pelo COMPROMITENTE-LICITANTE, sob acompanhamento da Comissão Técnica de Avaliação, vedada qualquer forma de retenção, cópia ou reaproveitamento.

Parágrafo Segundo. O caráter confidencial aplica-se a informações acessadas por qualquer meio, seja físico, eletrônico, digital, audiovisual ou oral.



CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMITENTE-LICITANTE

O COMPROMITENTE-LICITANTE e seu REPRESENTANTE comprometem-se a:

- I – Manter **sigilo absoluto** sobre todas as informações confidenciais;
- II – Utilizar as informações exclusivamente para fins de demonstração do software no âmbito do Teste de Conformidade;
- III – Não divulgar, reproduzir, compartilhar ou permitir acesso às informações por terceiros, sob qualquer pretexto;
- IV – Adotar medidas técnicas e administrativas adequadas para proteger as informações contra acesso não autorizado, perda ou vazamento;
- V – Comunicar imediatamente ao COMPROMISSÁRIO qualquer incidente de segurança ou suspeita de violação de sigilo.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE E DAS PENALIDADES

O descumprimento das obrigações previstas neste Termo caracteriza ato ilícito, nos termos dos arts. 186 e 187 do Código Civil, sujeitando o infrator à reparação integral dos danos causados, sem prejuízo das responsabilidades administrativas, civis e penais cabíveis.

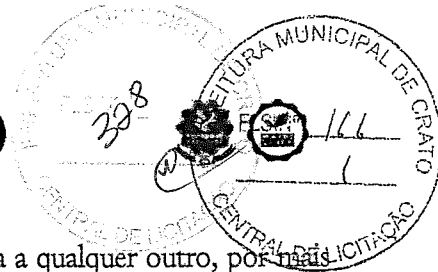
A revelação ou facilitação de acesso a informações sigilosas, quando caracterizada, poderá configurar crime contra a Administração Pública, nos termos da legislação penal vigente.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO SIGILO

As obrigações de sigilo e confidencialidade previstas neste Termo permanecerão vigentes por prazo indeterminado, inclusive após o encerramento do procedimento licitatório, independentemente da classificação ou contratação do COMPROMITENTE-LICITANTE.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Palácio Alexandre Arraes - Largo Júlio Saraiva, S/N, Centro, CEP: 63.100-347 - Crato/CE
(88) 3521-9600 | sefin@crato.ce.gov.br
www.crato.ce.gov.br



Fica eleito o Foro da Comarca do Crato/CE, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais controvérsias oriundas deste Termo, quando não solucionadas na esfera administrativa.

E, por estarem justas e acordadas, firmam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

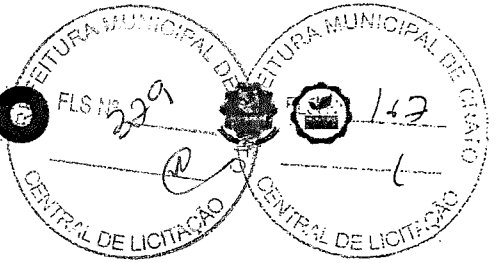
Crato/CE, ____ de ____ de 2025.

COMPROMITENTE-LICITANTE

REPRESENTANTE LEGAL (Nome e CPF)

TESTEMUNHAS:

1. Nome: _____ CPF: _____ Assinatura: _____
2. Nome: _____ CPF: _____ Assinatura: _____



ANEXO III

**TERMO DE COMPROMISSO, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE PARA
TERCEIROS INTERESSADOS NA SESSÃO DE TESTE DE CONFORMIDADE
(PROVA DE CONCEITO)**

Pelo presente instrumento, de um lado, o MUNICÍPIO DO CRATO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 07.587.975/0001-07, com sede administrativa no Largo Julio Saraiva, S/N, Centro, Crato/CE, por intermédio da Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN, doravante denominado COMPROMISSÁRIO, e, de outro lado, _____, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº _____, doravante denominada LICITANTE, neste ato representada por _____, portador do CPF nº _____, doravante denominado REPRESENTANTE, na condição de terceiro interessado em acompanhar a sessão de Teste de Conformidade (Prova de Conceito), ajustam e firmam o presente TERMO DE COMPROMISSO, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir.

CONSIDERANDOS

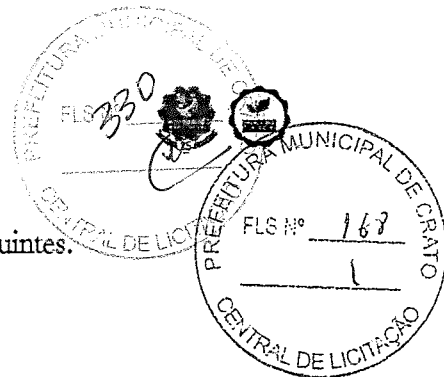
Considerando o disposto nos arts. 186, 187, 250, 251 e 851 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002);

Considerando o disposto nos incisos II e III do art. 6º da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação);

Considerando as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018);

Considerando os crimes contra a Administração Pública tipificados nos arts. 325 a 327 do Código Penal Brasileiro;

Considerando que, para assegurar a transparência do procedimento licitatório, é facultada a presença de representantes dos licitantes na sessão de Teste de Conformidade (Prova de Conceito), sendo, contudo, imprescindível a preservação do sigilo das informações técnicas, fiscais e tributárias acessadas;



Resolvem as partes firmar o presente Termo, mediante as cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto assegurar a proteção, o sigilo e a confidencialidade das informações técnicas, fiscais, tributárias, cadastrais e operacionais disponibilizadas pelo COMPROMISSÁRIO, ou às quais o LICITANTE e seu REPRESENTANTE tenham acesso, direta ou indiretamente, durante a sessão de Teste de Conformidade (Prova de Conceito) do software destinado ao tratamento, monitoramento, auditoria e apuração do Valor Adicionado Fiscal – VAF do Município do Crato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

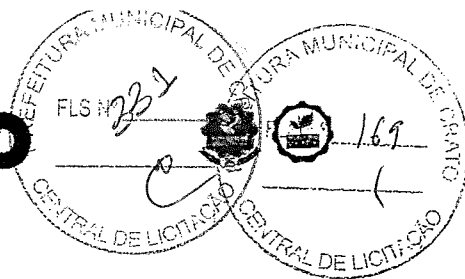
Para os fins deste Termo, consideram-se INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS E SIGILOSAS, entre outras:

- I – Dados fiscais, contábeis, econômicos e cadastrais de contribuintes do ICMS estabelecidos no Município do Crato;
- II – Arquivos e registros da Escrituração Fiscal Digital – EFD ICMS-IPI, PGDAS-D, DEFIS, XML de NF-e, CT-e e demais documentos fiscais eletrônicos;
- III – Informações relativas à apuração do Valor Adicionado Fiscal – VAF e do Índice de Participação dos Municípios – IPM;
- IV – Relatórios, cruzamentos de dados, metodologias, critérios técnicos e demonstrações de funcionamento do software apresentado;
- V – Qualquer informação de natureza técnica, operacional, jurídica ou estratégica acessada durante a sessão de Teste de Conformidade.

Parágrafo Único. O caráter confidencial aplica-se a informações obtidas por qualquer meio, seja físico, eletrônico, digital, audiovisual ou oral.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE E DO REPRESENTANTE

Palácio Alexandre Arraes - Largo Júlio Saralva, S/N, Centro, CEP: 63.100-347 - Crato/CE
(88) 3521-9600 | sefin@crato.ce.gov.br
www.crato.ce.gov.br



O LICITANTE e seu REPRESENTANTE comprometem-se a:

- I – Manter sigilo absoluto sobre todas as informações confidenciais;
- II – Abster-se de registrar, reproduzir, fotografar, gravar, copiar ou divulgar quaisquer informações, imagens, telas ou dados apresentados durante a sessão;
- III – Não utilizar as informações acessadas para fins diversos daqueles estritamente relacionados ao acompanhamento do Teste de Conformidade;
- IV – Não repassar, direta ou indiretamente, quaisquer informações a terceiros;
- V – Cumprir integralmente as orientações da Comissão Técnica de Avaliação durante a sessão.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE E DAS PENALIDADES

O descumprimento das obrigações previstas neste Termo caracteriza ato ilícito, nos termos dos arts. 186 e 187 do Código Civil, sujeitando o infrator à reparação integral dos danos causados, sem prejuízo das responsabilidades administrativas, civis e penais cabíveis.

A revelação ou facilitação do acesso a informações sigilosas poderá configurar crime contra a Administração Pública, conforme a legislação penal vigente.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO SIGILO

As obrigações de sigilo e confidencialidade previstas neste Termo permanecerão vigentes por prazo indeterminado, inclusive após o encerramento da sessão de Teste de Conformidade e do procedimento licitatório.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

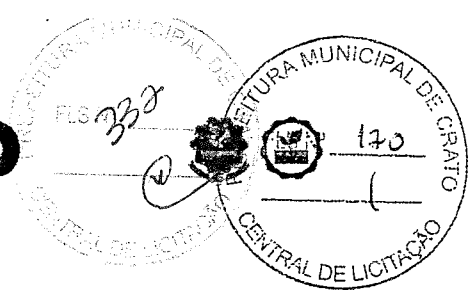
Fica eleito o Foro da Comarca do Crato/CE, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste Termo, quando não solucionadas na esfera administrativa.

E, por estarem justas e acordadas, firmam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Secretaria
de Finanças



Crato
PREFEITURA



Crato/CE, ____ de ____ de 2025.

LICITANTE

REPRESENTANTE LEGAL (Nome e CPF)

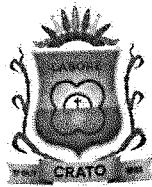
TESTEMUNHAS:

1. Nome: _____ CPF: _____ Assinatura: _____

2. Nome: _____ CPF: _____ Assinatura: _____

Palácio Alexandre Arraes - Largo Júlio Saraiva, S/N, Centro, CEP: 63.100-347 - Crato/CE
(88) 3521-9600 | sefin@crato.ce.gov.br
www.crato.ce.gov.br

Central
de Licitação



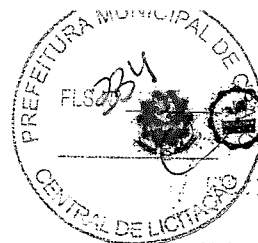
Crato
PREFEITURA



APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Palácio Alexandre Arraes Largo Júlio Saraiva, S/N, Centro, CEP: 63.100-347 - Crato/CE
(88) 3521-9600 | licitacrato@gmail.com
www.crato.ce.gov.br

[Handwritten signature]

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Nº 15/2025

1. INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) constitui a fase inicial do planejamento da contratação e tem por finalidade identificar, analisar e definir a solução mais adequada para atender às necessidades do Município do Crato/CE no acompanhamento, gestão, monitoramento, análise, auditoria e eventual contestação dos dados que compõem a apuração do Valor Adicionado Fiscal (VAF).

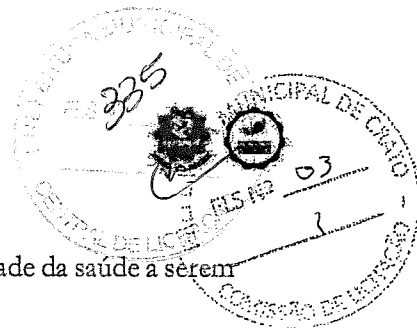
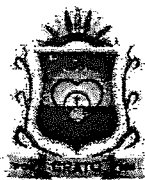
Essa fase destina-se a apresentar, de forma fundamentada, a demanda administrativa e os elementos essenciais para a futura contratação, contemplando o levantamento de dados, a análise das alternativas disponíveis no mercado, a avaliação de riscos e a adequada delimitação do objeto, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento, transparência e motivação que regem as contratações públicas.

Nesse sentido, cumpre ressaltar que o Índice de Participação dos Municípios (IPM) constitui o indicador percentual utilizado pelos estados para definir a cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) destinada a cada município, representando o principal repasse estadual aos entes municipais, nos termos do art. 158, IV, da Constituição Federal. Assim, o IPM serve para distribuir o ICMS arrecadado pelo estado entre os seus municípios.

No Ceará, a Lei Estadual nº 17.320, de 23 de outubro de 2020, dispõe sobre os critérios para distribuição da parcela de receita do produto de arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, cuja composição é a seguinte:

I – 65% (sessenta e cinco por cento) referente ao Valor Adicionado Fiscal obtido mediante a aplicação dos índices resultantes da relação percentual entre as médias dos valores adicionados ocorridos em cada município e dos valores adicionados totais do Estado, nos 2 (dois) anos civis imediatamente anteriores;

II – 18% (dezoito por cento) em função de indicadores que, previstos em decreto do Poder Executivo, revelem a melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerando o nível socioeconômico dos educandos;



III – 15% (quinze por cento) em função de indicadores de qualidade da saúde a serem definidos em decreto do Poder Executivo;

IV – 2% (dois por cento) em função do Índice Municipal de Qualidade do Meio Ambiente de cada município, formado por indicadores de boa gestão ambiental, estipulados a cada 2 (dois) anos pelo órgão estadual competente em comum acordo com as entidades representativas dos municípios.

Dessa forma, evidencia-se que o critério de maior peso e influência na composição do repasse do ICMS aos municípios é justamente o VAF, responsável por aproximadamente 65% da formação do IPM.

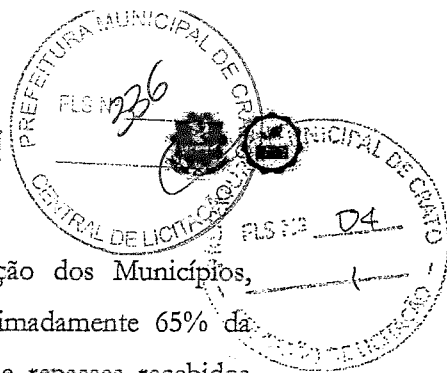
Diante disso, observa-se que o Estado detém a gestão integral da apuração do VAF, indicador que corresponde à soma das operações econômicas realizadas pelos contribuintes estabelecidos em cada município, resultante da diferença entre o valor total das saídas (vendas e prestações de serviços tributadas) e o valor total das entradas (compras e aquisições) declaradas pelas empresas ao longo do exercício.

Trata-se de um processo complexo, que exige elevada expertise técnica, domínio de métodos específicos de auditoria fiscal e acesso a informações detalhadas da Secretaria da Fazenda (SEFAZ) do Estado do Ceará, as quais, em regra, são repassadas aos municípios apenas de forma consolidada, sem a disponibilização dos elementos que permitam a conferência minuciosa ou a recomposição da base de cálculo.

Considerando esse contexto, o presente Estudo Técnico Preliminar avalia a viabilidade de contratar solução integrada que compreenda a cessão de direito de uso de software 100% acessível via web, incluindo implantação, treinamento e suporte técnico, aliada à prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria voltados à gestão, monitoramento, análise, auditoria e eventual contestação dos dados que compõem a apuração do Valor Adicionado Municipal – VAF, com o objetivo de assegurar maior precisão na formação do índice e, consequentemente, promover o incremento do repasse de ICMS em favor do Município.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A cota-parte do ICMS constitui uma das principais fontes de receita corrente dos municípios, exercendo papel central na composição do orçamento e na sustentabilidade fiscal do ente local. Por essa razão, revela-se indispensável o acompanhamento sistemático e



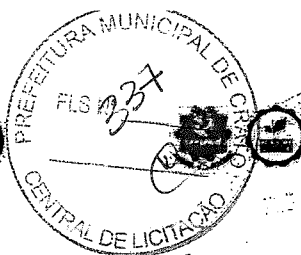
qualificado dos critérios que influenciam o Índice de Participação dos Municípios, especialmente do Valor Adicionado Fiscal, responsável por aproximadamente 65% da formação desse índice e, portanto, determinante para o volume de repasses recebidos anualmente.

Considerando que o ICMS é o principal tributo estadual, sua apuração é conduzida de forma altamente técnica pelas Secretarias de Fazenda dos Estados, por meio de auditores e fiscais especializados que detêm conhecimento aprofundado sobre as operações econômicas, as declarações fiscais e os mecanismos de escrituração digital. Esses profissionais atuam com exclusividade na verificação do fluxo de mercadorias e serviços e na formação do VAF, indicador que traduz diretamente o nível de atividade econômica ocorrida no território de cada município.

Por outro lado, os municípios possuem expertise concentrada nos tributos de sua competência, como ISS, IPTU e ITBI, cuja gestão, fiscalização e arrecadação são executadas com ferramentas e metodologias próprias da esfera local. Entretanto, dada a elevada complexidade técnica do ICMS, a sofisticação dos sistemas fiscais estaduais e a natureza detalhada das obrigações acessórias que compõem o VAF, torna-se extremamente desafiador para as administrações municipais realizarem, de forma autônoma, a gestão direta, a auditoria e o monitoramento dos elementos que influenciam o IPM, especialmente no tocante ao Valor Adicionado Fiscal.

Além disso, verificam-se indícios de subestimação da cota-parte do ICMS repassada ao Município do Crato, quando confrontado o potencial econômico local com os valores atualmente atribuídos ao VAF. Tal distorção torna-se especialmente evidente ao se analisarem as operações de circulação de mercadorias e prestações de serviços que compõem a base de cálculo do tributo, bem como os dados divulgados pela Portaria Estadual nº 374/2025, que estabeleceu os índices definitivos para fins de distribuição dos 25% (vinte e cinco por cento) da arrecadação do ICMS aos municípios cearenses para o exercício de 2026.

Esse cenário também se correlaciona com informações do Ranking de Competitividade dos Municípios, disponibilizado em <https://rankingdecompetitividade.org.br/municipios/>, elaborado com base nos dados do último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os quais reforçam a percepção de que o desempenho econômico e a atividade produtiva do Município do Crato



não se refletem integralmente no índice atualmente considerado para a formação do seu VAF.

Conforme análise da Portaria Estadual nº 374/2025 (anexa a este ETP), verifica-se que, entre os 184 municípios cearenses, o Município do Crato ocupa a 10ª posição no ranking da média do Valor Adicionado Fiscal (VAF) projetado para o exercício de 2026, conforme demonstrado na tabela abaixo:

TABELA 01 – Média do VAF nos municípios do Estado do Ceará

MÉDIA DO VAF - DO MAIOR PARA O MENOR			
Município		Média VAF para 2026	Índice valor adicionado
1	Fortaleza	R\$ 44.578.584.352,74	23,5831180
2	Maracanaú	R\$ 11.441.772.673,74	6,0529690
3	São Gonçalo do Amarante	R\$ 7.917.048.317,55	4,1883075
4	Caucaia	R\$ 6.420.889.541,76	3,3968025
5	Sobral	R\$ 4.102.648.369,21	2,1703955
6	Eusébio	R\$ 3.818.522.098,40	2,0200895
7	Aquiraz	R\$ 3.660.191.005,49	1,9363240
8	Juazeiro do Norte	R\$ 2.836.471.343,5	1,5005575
9	Itaitinga	R\$ 1.966.255.357,48	1,0401950
10	Crato	R\$ 1.296.016.608,31	0,6856200

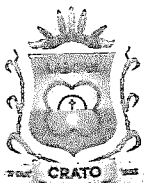
Isso significa que a SEFAZ-CE estima, para 2026, que o conjunto das operações econômicas (saídas e entradas) realizadas pelos contribuintes estabelecidos no Município do Crato atinja o montante de R\$ 1.296.016.608,31 (um bilhão, duzentos e noventa e seis milhões, dezesseis mil, seiscentos e oito reais e trinta e um centavos).

Entretanto, quando se observa o indicador econômico do Ranking de Competitividade dos Municípios (<https://rankingdecompetitividade.org.br/municipios/>), o qual mensura a capacidade de geração de riqueza, dinamização produtiva, inovação, ambiente de negócios, infraestrutura e qualificação da mão de obra, o Município do Crato alcança a 9ª posição no cenário estadual.

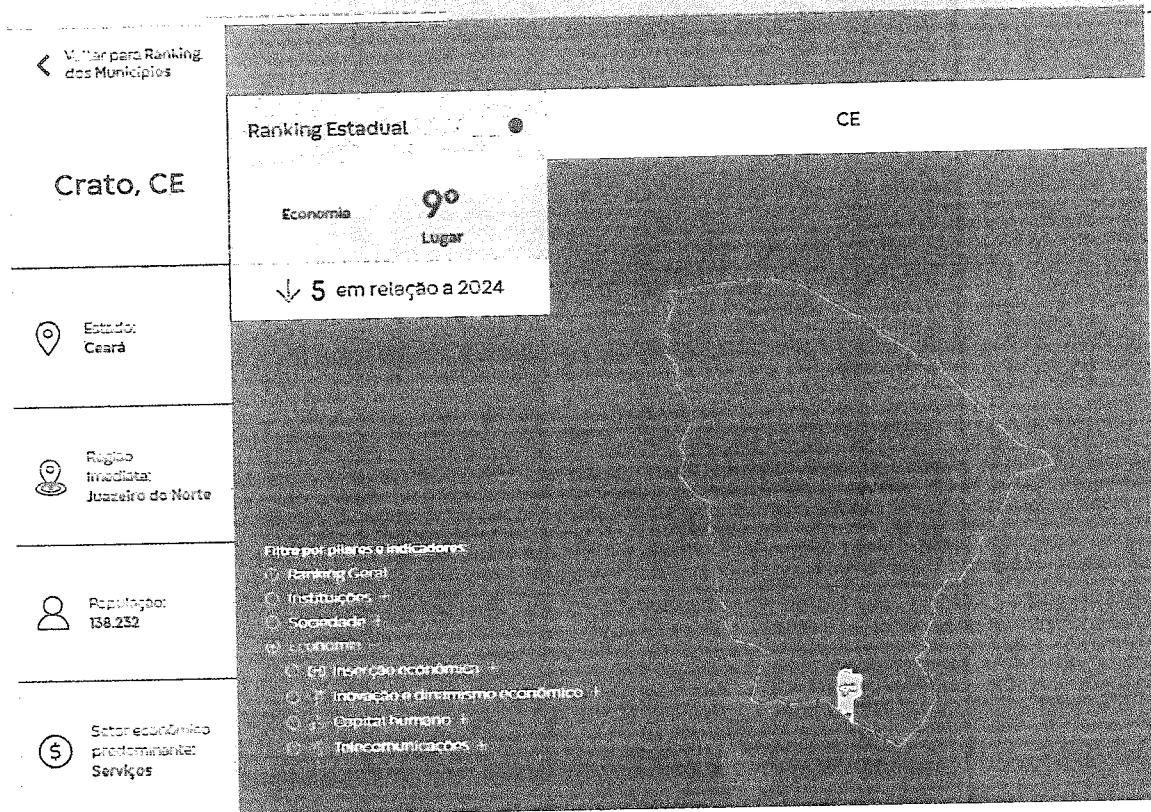
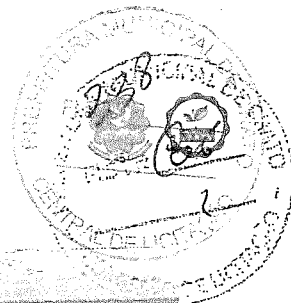
Esse dado evidencia que o desempenho econômico aferido por metodologia ampla e multidimensional, baseada nos resultados do último Censo do IBGE, não se reflete na mesma proporção na média do VAF atribuída ao município pela SEFAZ-CE, criando um possível descompasso entre a realidade econômica local e o índice utilizado para composição do IPM-ICMS.

Handwritten signature

Secretaria
de Finanças



Crato
PREFEITURA

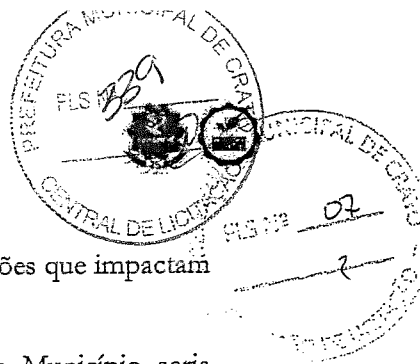


Quando cotejados esses dois referenciais, o VAF oficial e o ranking econômico, constata-se que o Município do Crato, considerando sua posição de 9º lugar em competitividade, poderia situar-se, no mínimo, na mesma posição no ranking do VAF. Caso isso ocorresse, o índice de Valor Adicionado projetado poderia ser ampliado de 0,6856200 para aproximadamente 1,0401950, patamar atualmente atribuído ao Município de Itaitinga, o que implicaria incremento significativo no IPM e, conseqüentemente, nos repasses de ICMS.

A apuração, validação e auditoria do VAF demandam o processamento de um conjunto extremamente volumoso e complexo de dados fiscais, contábeis e econômicos, provenientes de múltiplas fontes, tais como Escrituração Fiscal Digital (EFD), NF-e, declarações de contribuintes, movimentação de entradas e saídas, cadastros empresariais, operações interestaduais, apuração de créditos e débitos, e cruzamentos eletrônicos realizados pela SEFAZ-CE.

Trata-se de um trabalho que exige elevado grau de especialização técnica, domínio aprofundado dos mecanismos de escrituração e da estrutura do ICMS, além de capacidade

Handwritten signatures



de identificar inconsistências sutis, omissões, erros declaratórios e distorções que impactam diretamente o Valor Adicionado Municipal.

A execução dessas atividades de forma manual e interna pelo Município seria excessivamente morosa, sujeita a falhas humanas e incapaz de garantir a mesma amplitude analítica, precisão e rastreabilidade proporcionadas por soluções tecnológicas desenvolvidas especificamente para esse fim. Ademais, o acompanhamento contínuo do VAF requer não apenas uma ferramenta de processamento avançado, mas também suporte técnico especializado e consultoria qualificada para interpretar os resultados, orientar eventuais contestações junto à SEFAZ e maximizar a recuperação ou correção dos valores atribuídos ao Município.


Dessa forma, revela-se imprescindível a contratação de solução integrada (software + assessoria técnica), capaz de assegurar um monitoramento sistemático, ágil e preciso, com níveis de eficiência e confiabilidade incompatíveis com os meios atualmente disponíveis na estrutura administrativa municipal.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá atender a um conjunto de requisitos técnicos, legais e operacionais capazes de assegurar a plena execução do objeto, garantindo elevada eficiência, economicidade, qualidade analítica, rastreabilidade das informações e aderência às especificidades que envolvem a apuração do Valor Adicionado Fiscal, a composição do Índice de Participação dos Municípios e o processamento de dados fiscais por meio de solução tecnológica especializada. Tais requisitos visam assegurar que tanto o software quanto os serviços de consultoria ofereçam suporte adequado às demandas do Município, permitindo tratamento seguro, preciso e consistente das informações tributárias que impactam diretamente o repasse do ICMS.

3.1. Requisitos Gerais.

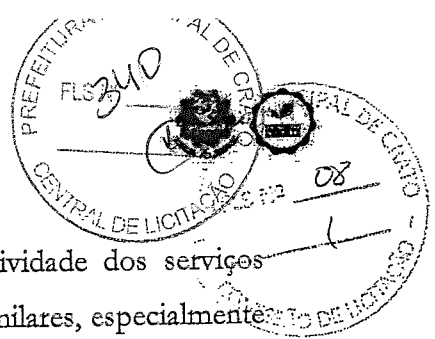
3.1.1. A CONTRATADA deve possuir comprovada experiência e notória especialização em direito tributário aplicado ao ICMS, auditoria fiscal, análise de obrigações acessórias, processamento de dados da Escrituração Fiscal Digital e revisão dos elementos que compõem o Valor Adicionado Fiscal, devidamente demonstrada por meio de atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto.



Secretaria
de Finanças



Crato
PREFEITURA



3.1.2. Devem ser apresentadas referências que comprovem a efetividade dos serviços prestados e a capacidade de atuação técnico-jurídica em demandas similares, especialmente relacionadas à auditoria fiscal, revisão de dados da Escrituração Fiscal Digital (EFD) e análise dos elementos que compõem o Valor Adicionado Fiscal – VAF, em favor de entes públicos municipais.

3.1.3. A CONTRATADA deve comprometer-se com o cumprimento rigoroso dos prazos, cronogramas e demandas estabelecidos pela CONTRATANTE.

3.1.4. A execução dos serviços poderá ocorrer de forma remota ou presencial, conforme a natureza de cada atividade, garantindo disponibilidade da equipe técnica quando demandado.

3.1.5. CONTRATADA deverá garantir a participação em reuniões técnicas com a CONTRATANTE e nas interações necessárias com a Secretaria da Fazenda Estadual, SEFAZ/CE ou demais órgãos responsáveis pela apuração do ICMS e do Valor Adicionado Fiscal – VAF, podendo estas ocorrer presencialmente ou por videoconferência, conforme determinação da CONTRATANTE

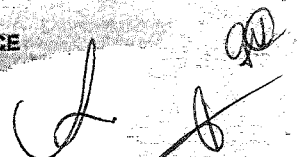
3.1.6. A CONTRATADA deve atuar com absoluta transparência, fornecendo relatórios periódicos das atividades, evidências técnicas, rastreabilidade dos procedimentos adotados e documentação comprobatória das análises realizadas.

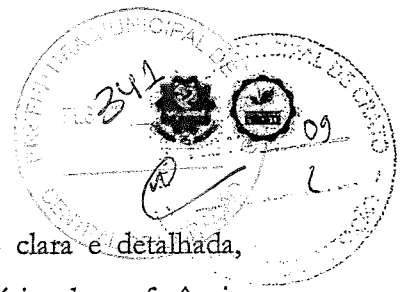
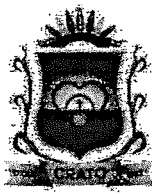
3.1.7. A CONTRATADA deverá observar padrões éticos, profissionais e de integridade, mantendo conduta compatível com os princípios aplicáveis à Administração Pública.

3.1.8. A execução contratual deverá ser pautada pela boa-fé, cooperação, eficiência e pela busca da economicidade e correção de eventuais inconsistências tarifárias, técnicas ou regulatórias.

3.1.9. A CONTRATADA deverá manter comunicação clara, registrar formalmente as orientações e manter canal de atendimento para esclarecimentos e suporte técnico durante toda a vigência do contrato.

3.1.10. A CONTRATADA deve apresentar equipe técnica mínima composta por profissionais com formações compatíveis com as áreas de direito tributário, contabilidade, administração pública, economia, tecnologia da informação ou análise de dados, devidamente capacitados para atuação em auditoria fiscal, processamento de informações da Escrituração Fiscal Digital (EFD) e revisão dos elementos que compõem o Valor Adicionado Fiscal – VAF, com comprovação documental das qualificações.





3.1.11. A CONTRATADA deve apresentar metodologia de trabalho clara e detalhada, contemplando etapas, técnicas de auditoria fiscal, fluxos de validação, critérios de conferência das obrigações acessórias, ferramentas de análise de dados e padrões de verificação aplicáveis ao ICMS e ao Valor Adicionado Fiscal – VAF, a qual será submetida à análise e validação da CONTRATANTE.

3.1.12. Esta contratação terá vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, observando-se o limite máximo de 10 anos, conforme permitido pelo art. 107, da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de serviço contínuo apoiado em solução tecnológica, cuja manutenção e continuidade são essenciais à gestão e ao monitoramento permanente do VAF e do IPM municipal.

3.2. Requisitos Legais.

3.2.1. A contratação deverá observar integralmente as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, sua legislação correlata, bem como o Decreto Municipal vigente que regulamenta as contratações públicas no âmbito do Município do Crato.

3.2.2. A execução dos serviços deve respeitar as disposições jurídicas aplicáveis à apuração, composição e distribuição da cota-parte do ICMS, especialmente:

3.2.2.1. Constituição Federal, art. 158, IV (repasses de ICMS aos municípios);

3.2.2.2. Emenda Constitucional nº 108/2020, que reforça critérios de repartição;

3.2.2.3. Lei Complementar nº 63, de 11/01/1990, que dispõe sobre normas gerais de cálculo do Valor Adicionado e da formação do Índice de Participação dos Municípios – IPM;

3.2.2.4. Lei Estadual do Ceará nº 17.320, de 23/10/2020, que disciplina a utilização dos indicadores para composição do IPM/ICMS no Estado;

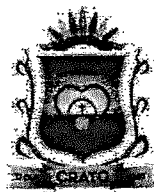
3.2.2.5. Decreto Estadual nº 34.105, de 16/06/2021, que regulamenta a metodologia de apuração, divulgação e contestação do VAF e do IPM no Ceará;

3.2.2.6. Portarias, normativos e atos publicados pela SEFAZ-CE, relativos à metodologia e à apuração anual do VAF.

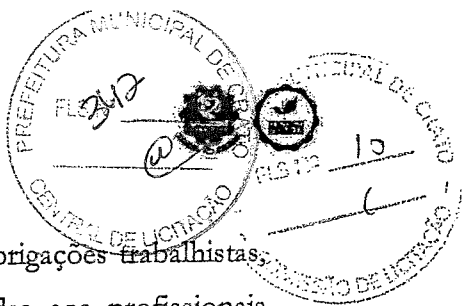
3.2.3. CONTRATADA deve estar regularmente constituída, com objeto social compatível com as atividades de auditoria fiscal, análise de dados tributários, consultoria especializada em ICMS e soluções tecnológicas aplicadas ao tratamento da Escrituração Fiscal Digital – EFD e à apuração do Valor Adicionado Fiscal – VAF, apresentando toda documentação comprobatória perante os órgãos competentes.



Secretaria
de Finanças



Crato
PREFEITURA



3.2.4. A CONTRATADA deverá cumprir integralmente todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias, securitárias e administrativas relacionadas aos profissionais envolvidos na execução contratual, responsabilizando-se pela plena regularidade perante os órgãos fiscalizadores, sendo de sua inteira responsabilidade todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços, incluindo salários, encargos, tributos, taxas, seguros, deslocamentos, equipamentos e demais insumos necessários ao cumprimento do objeto.

3.2.5. A CONTRATADA deve observar todas as normas técnicas aplicáveis ao tratamento de dados fiscais e às obrigações acessórias relacionadas ao ICMS, incluindo, mas não se limitando a: Escrituração Fiscal Digital (EFD), NF-e, registros fiscais obrigatórios, manuais da SEFAZ-CE, regras de apuração do VAF, padrões de validação, critérios de contestação administrativa e demais instrumentos normativos correlatos.

3.2.6. A CONTRATADA responderá integralmente por quaisquer perdas, danos, falhas, interrupções, inconsistências ou prejuízos decorrentes de ações, omissões ou erros próprios ou de sua equipe, sem prejuízo das demais responsabilidades civis, administrativas e legais aplicáveis.

3.2.7. É vedada a publicidade, divulgação ou uso comercial dos resultados, análises ou dados relativos ao serviço prestado, salvo autorização expressa da CONTRATANTE.

3.2.8. A CONTRATADA deve observar integralmente a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), adotando medidas de segurança, confidencialidade e proteção de dados pessoais.

3.2.9. A CONTRATADA deverá estar devidamente cadastrada e regular no SICAF ou em registro equivalente exigido pela legislação.

3.3. Requisitos de Segurança.

3.3.1. A CONTRATADA deverá zelar pela qualidade técnica da equipe responsável pela execução do contrato, assegurando a prestação adequada, tempestiva e eficiente dos serviços de auditoria fiscal, processamento de dados e suporte ao software, observando os indicadores de desempenho definidos pela CONTRATANTE.

3.3.2. A CONTRATADA deve garantir que todo processamento, armazenamento, acesso ou transmissão de dados do Município, especialmente informações fiscais, contábeis, cadastrais e elementos da Escrituração Fiscal Digital (EFD) utilizados na apuração do VAF, ocorra exclusivamente em ambiente seguro, auditável, protegido contra acessos não autorizados e em conformidade com políticas de segurança da informação.

3.3.3. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre todos os dados, documentos, relatórios, análises, códigos, registros ou informações sensíveis aos quais tiver acesso em razão da execução contratual, abstendo-se de utilizá-los para qualquer finalidade distinta da prevista no objeto.

3.3.4. O tratamento de dados pessoais e fiscais deverá ocorrer exclusivamente segundo as instruções da CONTRATANTE, observando-se rigorosamente a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018) e demais normativos aplicáveis, sendo vedado qualquer compartilhamento indevido.

3.3.5. A CONTRATADA deverá adotar controles técnicos e administrativos destinados a preservar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade das informações tratadas, incluindo mecanismos de criptografia, controle de acesso, backups periódicos, ambientes segregados e monitoramento contínuo.

3.3.6. A CONTRATADA deve manter registros detalhados das atividades executadas no âmbito do contrato, tais como logs de acesso, trilhas de auditoria, históricos de processamento, relatórios técnicos e evidências operacionais, garantindo a rastreabilidade, transparência e auditabilidade de todas as operações realizadas no software e na análise dos dados relativos ao VAF.

3.4. Requisitos de Sustentabilidade.

3.4.1. A CONTRATADA deve promover práticas sustentáveis que minimizem impactos ambientais e incentivem o uso racional de recursos.

3.4.2. A CONTRATADA deve adotar políticas de valorização, desenvolvimento e proteção social de sua equipe, assegurando condições dignas e inclusivas de trabalho.

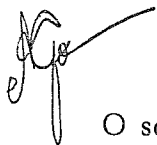
3.4.3. A CONTRATADA deve contribuir para o desenvolvimento econômico e profissional de sua cadeia de valor, observando critérios de responsabilidade social.

3.4.4. A CONTRATADA deve buscar inovação e melhoria contínua, aplicando metodologias atualizadas, ferramentas tecnológicas e boas práticas.

3.4.5. A CONTRATADA deve priorizar fornecedores e parceiros que adotem práticas responsáveis e sustentáveis alinhadas à execução contratual.

3.4.6. Sempre que possível, a CONTRATADA deve utilizar meios digitais para comunicação, entrega de relatórios e gestão dos serviços, reduzindo o uso de recursos materiais.

3.5. Requisitos do Software



O software destinado à realização da apuração do VAF deverá possuir, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

3.5.1 Importação de Arquivos

3.5.1.1. Importação do arquivo de CONTRIBUINTES de ICMS, disponibilizado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará – SEFAZ, conforme cadastro do SINTEGRA;

3.5.1.2. Arquivos Simples Nacional, especificamente DEFIS e PGDAS-D;

3.5.1.3. Arquivos da escrituração fiscal digital- EFD ICMS-IPI, como previsto no ATO COTEPE/ICMS 44, de 07 de agosto de 2018, e suas alterações

3.5.1.4. Arquivos XML de Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e), modelo 55, e Cupom Fiscal Eletrônico (NFC-e), modelo 65, como instituídos no Ajuste SINIEF 07/05 e 22/13, e como obrigadas aos contribuintes do ICMS nos termos dos Protocolos ICMS 10/2007 e 42/2009 e suas alterações posteriores.

3.5.1.5. Arquivos XML de Conhecimento Eletrônico de Transporte (CT-e), modelo 57, instituído pelo Ajuste SINIEF 09/07, de 25/10/2007, com as especificações técnicas do Ato COTEPE 08/08 e Ajuste SINIEF 08/2012.

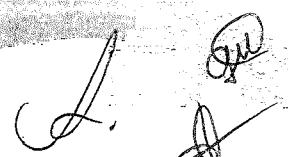
3.5.1.6. Possibilidade de parametrizações para importação de relatórios disponibilizados pela SEFAZ-CE, onde são disponibilizadas informações sobre apuração do VAF

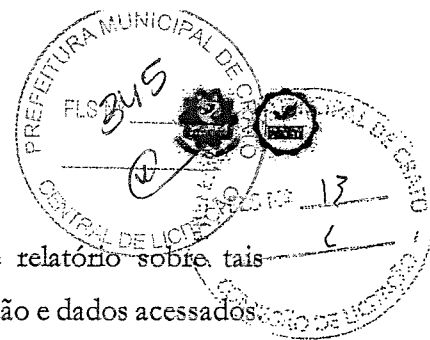
3.5.2. Cadastro

3.5.2.1. Manutenção de cadastro dos contribuintes: o sistema deverá permitir edição de campos cadastrais referente aos contribuintes constantes na tabela de ativos, objetivando a atualizações tais como nome do responsável (contador), e-mail, endereço, telefone. Os campos passíveis de alteração deverão ser aqueles estabelecidos pela Secretaria de Fazenda.

3.5.2.2. Cadastro de usuários: a ferramenta de administração do sistema deverá permitir configurar normas de segurança da aplicação, definir os usuários autorizados e permissões de acesso de cada um, de tal modo a:

- configurar um ou mais usuários com perfil de privilégio máximo de acesso para o município, com capacidade de atribuição de perfis de acesso aos demais usuários;
- deve ser possível o acesso de informações de monitoramento da utilização do sistema por usuário e logs de uso do sistema;
- deverá registrar trilhas de auditoria de acesso às funções do sistema, bancos de dados, documentos e escriturações fiscais digitais, controlando perfis de usuários e acesso





às funções dos aplicativos, com capacidade de emissão de relatório sobre tais registros, identificando o acesso por usuário, período de utilização e dados acessados;

- deverá ter a possibilidade de cadastro de assinatura do usuário.

3.5.2.3. O sistema deverá conter pelo menos três níveis hierárquicos de acesso:

- administrador: acesso a todas as funções incluindo cadastro de usuários;
- fiscal/auditor: acesso às funções de operação;
- auxiliar: somente acesso aos relatórios;

3.5.3. Processamento de arquivos e resultados a serem apresentados:

3.5.3.1. O sistema deverá apresentar, a partir dos arquivos da escrituração fiscal digital – EFD ICMS-IPI, os valores que compõem o valor adicionado fiscal, comparando-os com aqueles apresentados na publicação do VAF pela SEFAZ-CE. Deverá identificar, para os contribuintes que tiveram seus registros fiscais de documentos eletrônicos carregados no sistema, as divergências entre os cálculos realizados pelo sistema, referentes aos quadros de movimentação de ENTRADA, SAÍDA e ajustes de valor adicionado (OPERAÇÕES DEDUTÍVEIS) e aqueles apresentados pela SEFAZ-CE.

3.5.3.2. Deverá obter de forma consolidada, a partir do processamento da EFD ICMS-IPI, as informações contábeis referentes às entradas, saídas, e operações dedutíveis do contribuinte, gerando assim seu VALOR ADICIONADO ANUAL A PARTIR DA EFD ICMS-IPI.

3.5.3.3. O processamento dos arquivos da escrituração fiscal digital – EFD ICMS-IPI deverá apresentar, por código fiscal de operação – CFOP, as seguintes informações:

- valor contábil;
- base de cálculo;
- ICMS;
- base de cálculo ST;
- ICMS ST;
- operação sem crédito;
- valor IPI.

3.5.3.4. Além disso, para cada CFOP obtido no processamento da EFD ICMS-IPI, o sistema deverá listar todos os documentos fiscais eletrônicos (NF-es, CT-es, NFS-es) escrituradas sob aquele código. Esta listagem deverá ter no mínimo as seguintes informações:

- chave do documento eletrônico;
- número do documento;
- valor;
- data de emissão.

3.5.3.5. O sistema deverá, a partir do processamento de todos os arquivos da PGDAS do corrente ano, apurar a receita bruta anual dos contribuintes de ICMS, optantes pelo regime do Simples Nacional, bem como o valor adicionado gerado por cada um deles, isto é, 32% desta receita.

3.5.3.6. O sistema deverá ainda cruzar o VAF por ele apurado com aquele apresentado pela SEFAZ-CE.

3.5.4. Envio de notificações eletrônicas

3.5.4.1. O sistema deverá oferecer a possibilidade de enviar carta eletrônica para solicitação dos 12 arquivos da ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL – EFD ICMS-IPI, referentes ao ano base de apuração do VAF, para os contribuintes obrigados à essa escrituração digital. O envio dessa correspondência deverá apresentar dados do contribuinte (CNPJ, Inscrição Estadual, Razão Social) e encaminhada para o e-mail do contato responsável por ele. Deverá ainda constar o brasão do município e os dados de identificação do remetente.

3.5.4.2. A entrega dos arquivos da EFD ICMS-IPI por parte do contribuinte deverá ser realizada pelo sistema. Isto é, o contribuinte deverá ter acesso a um formulário do sistema para realizar o upload dos arquivos da EFD ICMS-IPI, conforme solicitado na carta descrita no item f, bem como para enviar mensagens para o requisitante dos arquivos. Todo envio de arquivos e/ou de mensagens por parte do contribuinte deverá gerar um protocolo de controle. Esse protocolo deverá ser enviado de forma automática ao e-mail do contribuinte.

3.5.5. Gestão de respostas

3.5.5.1. O sistema deverá possuir um módulo para gestão das mensagens e arquivos recebidos. A análise da resposta enviada pelo contador deverá ser visualizada no módulo de gestão de resposta do usuário (fiscal). Na lista de contribuintes notificados, o sistema deverá

indicar aqueles que já apresentaram resposta como "RESPONDIDO" e aqueles que não apresentaram resposta como "NÃO RESPONDIDO". Este módulo de gestão de recebimento dos arquivos da EFD ICMS-IPI, bem como de mensagens deverá possuir no mínimo:

3.5.5.1.1. Envio de uma contra resposta ou dar baixa no sistema da questão relativa àquele contribuinte;

3.5.5.1.2. Data e hora do envio da notificação;

3.5.5.1.3. Número do protocolo gerado para o contador;

3.5.5.1.4. Informação do valor adicionado atual e anterior do contribuinte;

3.5.5.1.5. Atalho para visualização e/ou impressão da notificação enviada;

3.5.5.1.6. Possibilidade de atualização do e-mail do contador e reenvio da notificação;

3.5.5.1.7. Possibilidade de registrar no sistema a resposta do contador enviado por outros meios, como e-mail e protocolo geral da prefeitura (resposta em papel);

3.5.5.1.8. Possibilidade de associar "status" à resposta do contribuinte, tais como:

- Encerrado;
- Pré-encerrado;
- Em andamento.
- Possibilidade de, ao enviar uma contra resposta para um contribuinte, anexar arquivos

3.5.6. Emissão de relatórios

3.5.6.1. O sistema deverá disponibilizar, no mínimo, os seguintes relatórios:

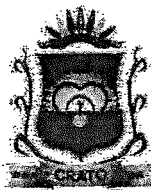
3.5.6.2. Relatório cadastral dos contribuintes;

3.5.6.3. Listagem simplificada dos contribuintes ATIVOS, INATIVOS, SUSPENSOS;

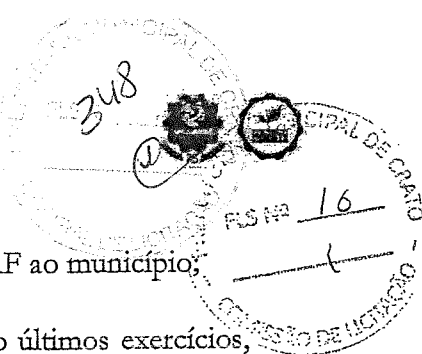
3.5.6.4. Listagem dos contadores responsáveis pelos contribuintes do município;

3.5.6.5. Listagem de contribuintes apresentando VALOR ADICIONADO FISCAL-VAF atual, VAF anterior, diferença absoluta e relativa.

Secretaria
de Finanças



Crato
PREFEITURA



3.5.6.6. Listagem de contribuintes que apresentaram distribuição de VAF ao município;

3.5.6.7. Histórico do valor adicionado municipal, pelo menos os cinco últimos exercícios, apresentado gráfico do VAF, do Índice do VAF, do Índice Médio do VAF e do IPM.

3.5.6.8. Tabela de dados contendo para os últimos cinco anos VAF, do Índice do VAF, do Índice Médio do VAF, IPM, VAF estadual e os percentuais de quedas ou aumentos em cada ano.

3.5.6.9. Resumo dos CFOP's obtidos da EFD ICMS-IPI. Contribuinte por período;

3.5.6.10. Quantitativos de contribuintes por regime de tributação;

3.5.6.11. Relatório SN 1: VAF SN Município x VAF SN SEFAZ-CE - CNPJ, Inscrição Estadual, Razão Social, total da receita com incidência de ICMS (base de cálculo do VAF), Valor Adicionado (32%), VAF apresentado no arquivo de retorno SEF-MG, diferença apurada, total da diferença apurada.

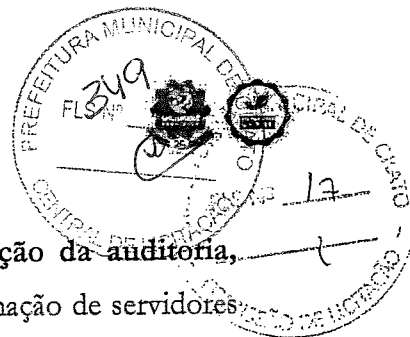
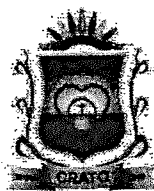
3.5.6.12. Relatório SN 2 – Relatório analítico – Prova para recurso junto à SEFAZ-CE - CNPJ, Inscrição Estadual, Razão Social, CNAE (atividade econômica), receita com incidência de ICMS – janeiro a dezembro, Nº DE AUTENTICAÇÃO (CHAVE, ID) da PGDAS referente ao seu respectivo mês de transmissão, Total da Receita anual (base de cálculo do VAF).

3.5.6.13. Relatório SN 3 – DEFIS - CNPJ, ID da DEFIS, Razão Social, Unidade da Federação (UF), total global de valores detalhados na DEFIS para o município, cálculo do VAF (32%), valor lançado do crédito externo pela SEF-MG, diferença, total das diferenças. Para todas as opções de relatórios, o sistema deverá permitir a exportação para os seguintes formatos: PDF e/ou XLS.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1. Alternativas.

O levantamento de mercado tem por finalidade identificar as alternativas existentes para atendimento da necessidade administrativa, avaliar sua viabilidade técnica, jurídica e econômica e subsidiar a escolha da solução mais adequada ao interesse público. Nesse sentido, foram analisadas as seguintes possibilidades:



4.1.1. Capacitação e treinamento da equipe interna para realização da auditoria, gestão e análise dos dados que compõem o VAF: Consiste na formação de servidores municipais para desempenhar atividades de auditoria fiscal, cruzamento de informações da Escrituração Fiscal Digital – EFD, conferência das operações de entradas e saídas, identificação de divergências declaratórias, elaboração de memoriais de cálculo, formulação de contestações do VAF perante a SEFAZ-CE e monitoramento dos critérios que formam o Índice de Participação dos Municípios – IPM..

4.1.2. Contratação de empresa especializada em auditoria fiscal, análise de dados e revisão dos elementos do VAF, com uso de software próprio: Consiste na contratação de empresa com expertise específica na análise dos dados que compõem o VAF, auditoria de EFD, cruzamento de operações fiscais, identificação de inconsistências, verificação dos elementos da apuração do ICMS, uso de ferramentas tecnológicas especializadas para tratamento massivo de dados e assessoria técnica qualificada para subsidiar contestações administrativas junto à SEFAZ-CE.

4.2. Avaliação das Alternativas.

4.2.1. Viabilidade da capacitação interna: Embora juridicamente possível, a execução interna apresenta limitações relevantes:

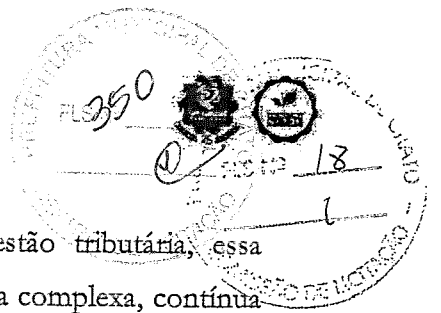
4.2.1.1. Exige formação altamente especializada em direito tributário, ICMS, contabilidade fiscal, análise de EFD e auditoria de obrigações acessórias, áreas que não integram a rotina administrativa tradicional do município.

4.2.1.2. A Administração Municipal não dispõe, em seu quadro efetivo, de equipe técnica com conhecimento avançado em análise de dados fiscais, auditoria digital e metodologias de apuração do VAF previstas na Lei Complementar nº 63/1990 e na legislação estadual.

4.2.1.3. Requer domínio sobre declarações fiscais digitais, registros da EFD, cruzamentos eletrônicos, classificação de operações, identificação de inconsistências e reconstrução da base de cálculo do VAF, atividades que exigem capacitação contínua e ferramentas especializadas.

4.2.1.4. Demanda infraestrutura e softwares complexos para tratamento de grandes bases de dados, além de acesso a bancos de dados atualizados, logs fiscais e sistemas de análise automatizada.

4.2.1.5. Possui curva de aprendizado extensa, incompatível com a necessidade de atuação tempestiva nos prazos de contestação do VAF definidos pela SEFAZ-CE.



Dessa forma, embora capacitações possam fortalecer a gestão tributária, essa alternativa não atende, no curto prazo, à necessidade de análise técnica complexa, contínua e especializada exigida para o correto acompanhamento do VAF.

4.2.2. Viabilidade da contratação de empresa especializada: O mercado apresenta empresas com atuação consolidada em auditoria fiscal digital, análise de dados econômicos e apuração do VAF, dispondo de:

4.2.2.1. Equipe multidisciplinar composta por profissionais das áreas de direito tributário, contabilidade, economia, tecnologia da informação e ciência de dados.

4.2.2.2. Experiência prévia com entes municipais e com a interlocução técnica necessária junto à SEFAZ-CE para apresentação de esclarecimentos, memoriais técnicos e contestações da apuração do VAF.

4.2.2.3. Metodologias estruturadas, ferramentas próprias e softwares especializados capazes de processar grandes volumes de dados e identificar inconsistências com precisão superior à análise manual.

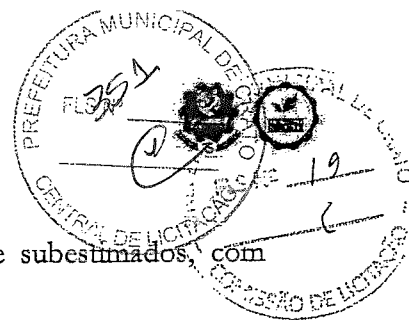
4.2.2.4. Capacidade de realizar diagnósticos fiscais com base na LC nº 63/1990, na legislação estadual (Lei nº 17.320/2020 e Decreto nº 34.105/2021) e nos métodos oficiais de apuração do VAF.

4.2.2.5. Condições de elaborar relatórios, memoriais, análises técnicas e peças administrativas fundamentadas para subsidiar eventuais contestações formais perante a SEFAZ-CE.

Trata-se de alternativa tecnicamente superior, pois reúne expertise especializada, recursos tecnológicos e domínio metodológico compatível com a complexidade da apuração do VAF.

4.3. Conclusão do levantamento de mercado: Após análise comparativa, verifica-se que a contratação de solução integrada (software + consultoria especializada) apresenta a melhor relação entre eficiência, economicidade, segurança administrativa e capacidade técnica. A complexidade da apuração do VAF, a necessidade de tratamento massivo de dados fiscais, a exigência de expertise específica e os prazos legais para contestação tornam inviável o atendimento da demanda exclusivamente com a estrutura interna existente. A contratação permitirá:

4.3.1. Ampliar a precisão técnica e a qualidade analítica das informações relacionadas ao VAF.



4.3.2. Identificar inconsistências e recuperar valores eventualmente subestimados, com impacto direto no IPM e no repasse do ICMS.

4.3.3. Assegurar governança, rastreabilidade e transparência no tratamento dos dados fiscais.

4.3.4. Otimizar recursos públicos, evitando perdas de receitas decorrentes de apurações imprecisas ou não contestadas.

4.3.5. Oferecer suporte técnico especializado para interlocução com a SEFAZ-CE.

4.3.6. Garantir uso de software especializado capaz de processar grandes bases de dados com segurança e precisão.

A solução mais adequada ao interesse público é a contratação de empresa especializada em auditoria fiscal digital e gestão do Valor Adicionado Fiscal, aliada à sistema tecnológico específico para monitoramento, análise e contestação do VAF.

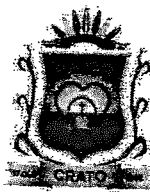
5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de pessoa jurídica especializada, dotada de competência técnica e infraestrutura tecnológica específica, para prestação de serviços integrados envolvendo:

- cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, destinado ao tratamento, monitoramento, cruzamento e auditoria das informações fiscais que compõem o Valor Adicionado Fiscal – VAF;
- implantação, treinamento e suporte técnico, garantindo o pleno funcionamento da solução tecnológica;
- serviços de consultoria e assessoria especializada, voltados à análise qualificada da Escrituração Fiscal Digital – EFD, das operações de entradas e saídas declaradas pelos contribuintes, auditoria dos elementos que formam o VAF, identificação de inconsistências, elaboração de memoriais de cálculo, formulação de contestações administrativas junto à SEFAZ-CE e acompanhamento de todos os critérios que impactam o Índice de Participação dos Municípios – IPM.

A solução integra meios tecnológicos avançados com expertise especializada, proporcionando ao Município do Crato condições para monitorar, revisar e, quando cabível, recuperar valores eventualmente subestimados na apuração do VAF, com impacto direto no repasse do ICMS.

5.1. Prazo de vigência do contrato.



O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, observando-se o limite máximo de 10 anos, conforme permitido pelo art. 107, da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de serviço contínuo apoiado em solução tecnológica, cuja manutenção e continuidade são essenciais à gestão e ao monitoramento permanente do VAF e do IPM municipal.

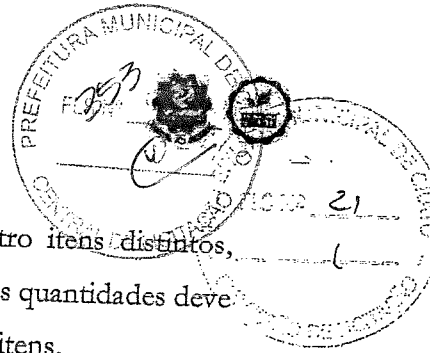
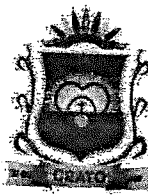
A prorrogação estará condicionada ao interesse da Administração, à vantagem da contratação, à avaliação satisfatória do desempenho da contratada e à continuidade da necessidade administrativa.

5.2. Justificativa da modalidade de contratação.

Diante da natureza do objeto e das características do mercado, verifica-se que a contratação se enquadra como serviço comum, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos de forma objetiva no instrumento convocatório. Assim, a modalidade mais adequada é o pregão eletrônico, conforme art. 28, I, da referida lei, considerando tratar-se de solução padronizada e amplamente ofertada no mercado.

- a) Caracterização como serviço comum: a solução pretendida, consistente na cessão de direito de uso de software em ambiente web, com suporte técnico, treinamento e manutenção, assim como a consultoria tributária possui padrões de desempenho passíveis de definição objetiva, permitindo comparação entre propostas e julgamento pelo menor preço, tendo sido juntado ao processo exemplo de contratações com objeto semelhante realizadas na modalidade pregão.
- b) Padrão mínimo de desempenho: as funcionalidades, requisitos de segurança e parâmetros operacionais podem ser definidos de forma clara no Termo de Referência, possibilitando avaliação uniforme das propostas.
- c) Competitividade do mercado: há diversos fornecedores que ofertam soluções de auditoria fiscal digital e gestão do VAF, o que afasta a contratação direta e reforça a adequação do pregão eletrônico.
- d) Adequação e economicidade: trata-se de solução tecnológica amplamente ofertada no mercado, sendo o pregão eletrônico o procedimento que assegura maior celeridade, transparência e seleção da proposta mais vantajosa.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES



Considerando que o objeto será contratado por meio de quatro itens distintos, embora integrados na lógica de funcionamento da solução, a estimativa das quantidades deve refletir a natureza, periodicidade e forma de execução de cada um desses itens.

Os itens representam componentes complementares da solução, quais sejam: software, implantação, treinamento e consultoria especializada, cada qual com unidade própria de mensuração, ainda que interdependentes para a eficiência global do serviço.

TABELA 01. Serviços a serem contratados.

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE
01		Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações contidas no termo de referência.	Mês	1
02		Implantação	Serviço	1
03		Treinamento	Hora	1
04		Serviços de consultoria e assessoria para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado – VAF. Parcela de resultado: percentual aplicado sobre o valor recuperado (êxito)	Serviço	1

Apesar de o contrato estar organizado em quatro itens distintos, tais itens não representam serviços isoláveis do ponto de vista metodológico. Cada componente desempenha função complementar e necessária à execução eficiente do objeto como um todo. Assim:

- O software (item 01) é a base tecnológica contínua de processamento, análise e monitoramento.
- A implantação (item 02) é condição prévia essencial para o funcionamento da plataforma.
- O treinamento (item 03) garante autonomia e uso adequado da ferramenta pela equipe municipal.
- A consultoria especializada (item 04) oferece inteligência técnica, interpretação dos dados, identificação de inconsistências e elaboração de contestações junto à SEFAZ-CE.

A forma de mensuração adotada observa:

- periodicidade mensal para o item de acesso ao software;

- unidade única para implantação, treinamento e consultoria, pois são atividades não fracionáveis, conduzidas de forma integrada;
- coerência com o modelo previsto na Lei nº 14.133/2021, especialmente no tocante aos serviços técnicos especializados de caráter contínuo e à impossibilidade de fracionamento indevido.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

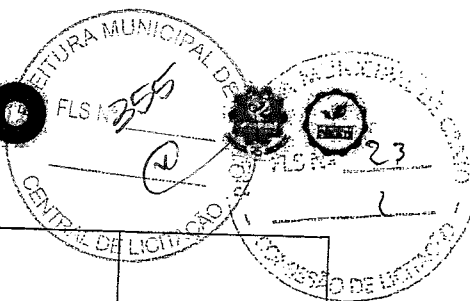
Com o objetivo de fundamentar a estimativa de valor da presente contratação, foi realizada ampla pesquisa de mercado em bases oficiais de transparência e contratação pública, incluindo consultas ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e aos sítios eletrônicos de licitações de diversos municípios brasileiros.

A pesquisa buscou identificar práticas usuais de contratação e modelos remuneratórios adotados para serviços de natureza análoga, envolvendo cessão de direito de uso de software especializado em auditoria fiscal e apuração do Valor Adicionado Fiscal (VAF), aliada à prestação de serviços de consultoria, assessoria, implantação e treinamento. A análise confirmou a existência de um mercado fornecedor consolidado e apto a executar o objeto, com modelos de precificação que combinam uma mensalidade fixa pelo acesso e uso da plataforma tecnológica com uma remuneração variável (percentual de sucesso) vinculada aos resultados financeiros efetivamente recuperados para o ente público.

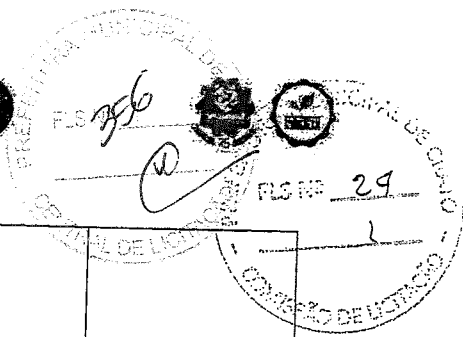
Com base nas referências de mercado coletadas e considerando a complexidade técnica do objeto, o porte do município, o volume de dados a serem processados e a abrangência dos serviços de consultoria especializada, estima-se o valor global máximo da contratação para o período de 12 (doze) meses, conforme detalhado na tabela abaixo. Os valores foram compatibilizados com as práticas de mercado identificadas e alinhados ao princípio da economicidade, assegurando a relação custo-benefício adequada ao interesse público.

TABELA 03. Estimativa de valor da contratação.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA	ÓRGÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
01	Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo suporte técnico, para realização da gestão,	Prefeitura de Juazeiro do Norte/CE (Pregão Eletrônico nº 2025.06.04.1)	R\$ 33.846,00	R\$ 26.396,50	R\$ 316.758,00
		Prefeitura de Horizonte/CE (Pregão)	R\$ 27.000,00		



	monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal.	Eletrônico nº 2024.11.25.1)		R\$ 25.566,67	
		Prefeitura de Itapipoca/CE (Termo de Referência – Processo Administrativo nº 00019.20250529/0001-62)			
		Prefeitura de Quixeramobim/CE (Pregão Eletrônico nº 2524090401 – PE – Termo de Referência – Processo Administrativo nº240103070003)	R\$ 19.173,33		
02	Implantação de uso de software.	Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte/CE (Pregão Eletrônico nº 2025.06.04.1)	R\$ 357,50	R\$ 366,25	R\$ 10.987,50
		Prefeitura de Quixeramobim/CE (Pregão Eletrônico nº 2524090401 – PE – Termo de Referência – Processo Administrativo nº240103070003)	R\$ 375,00		
03	Treinamento de uso de software	Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte/CE (Pregão Eletrônico nº 2025.06.04.1)	R\$ 23.123,00	R\$ 20.016,50	R\$ 20.016,50
		Prefeitura de Quixeramobim/CE (Pregão Eletrônico nº 2524090401 – PE – Termo de Referência – Processo Administrativo nº240103070003)	R\$ 16.910,00		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA	ÓRGÃO	PERCENTUAL SOBRE O VAF RECUPERADO		MÉDIA
04	Serviços de consultoria e assessoria para realização da gestão, monitoramento e auditoria de apuração do Valor Adicionado Municipal – VAF. Parcela de resultado percentual a ser aplicado sobre o VA	Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte/CE (Pregão Eletrônico nº 2025.06.04.1)	0,44%		0,44%
		Prefeitura Municipal de Horizonte/CE (Pregão Eletrônico nº 2024.11.25.1)	0,45%		
		Prefeitura de Itapipoca/CE (Termo de Referência –	0,45%		



recuperado (êxito). Funcionalidades mínimas requeridas para o sistema.	Processo Administrativo nº 00019.20250529/0001- 62)	
---	--	--

Fonte 1: <https://www.juazeirodonorte.ce.gov.br/contratos.php?id=5578>

Fonte 2: <https://pncp.gov.br/app/contratos/23555196000186/2025/318>

Fonte 3: <https://pncp.gov.br/app/editais/07623077000167/2025/106>

Fonte 4: <https://pncp.gov.br/app/editais/07744303000168/2025/278>

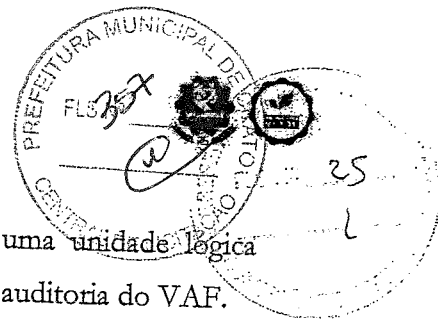
Vale destacar que, durante a pesquisa em bases oficiais, para os itens 02 (Treinamento de uso de software.) e 03 (Implantação de uso de software.), foram encontradas apenas duas cotações referenciais em processos licitatórios de outros entes. A escassez de dados específicos para esses componentes isolados reflete a prática usual do mercado, onde tais serviços são frequentemente comercializados de forma integrada à solução tecnológica principal (Item 01) ou à consultoria especializada (Item 04), não sendo costumeiramente contratados como itens avulsos. Essa constatação reforça a necessidade e a adequação da contratação integrada aqui proposta, assegurando a aquisição de uma solução completa e funcional.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) DA SOLUÇÃO

Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser avaliado pela Administração Pública com vistas a ampliar a competitividade do certame e assegurar o uso racional dos recursos disponíveis, desde que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, sem comprometer a execução integral do objeto ou reduzir sua eficiência.

No caso em análise, após avaliação técnica da natureza da solução pretendida, que envolve cessão de direito de uso de software especializado, implantação, treinamento e consultoria em auditoria fiscal voltada ao Valor Adicionado Fiscal (VAF), conclui-se que o parcelamento não é recomendável, por razões de ordem técnica, metodológica, operacional e econômica.

A solução exige execução integrada e coordenada, pois os diferentes componentes do objeto dependem entre si. O software realiza o processamento, cruzamento e análise das informações extraídas da Escrituração Fiscal Digital (EFD); a consultoria especializada interpreta os resultados, identifica inconsistências, elabora memoriais técnicos e instrui contestações junto à SEFAZ-CE; e a implantação e o treinamento garantem o uso adequado



da plataforma pela equipe municipal. Esses elementos constituem uma unidade lógica indivisível, cuja separação comprometeria a coerência metodológica da auditoria do VAF.

Assim, o objeto não se presta ao fracionamento sem prejuízo da qualidade, da precisão técnica e da eficiência do resultado esperado, razão pela qual a contratação integrada revela-se a alternativa mais vantajosa ao interesse público.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Após análise detalhada do escopo e da finalidade da presente contratação, não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes diretamente relacionadas ao objeto em questão. A solução proposta apresenta-se autônoma, de caráter técnico e operacional independente, não dependendo de outros contratos vigentes para o seu funcionamento pleno.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação encontra respaldo institucional previsto no Plano de Contratações Anual (PCA), do ano de 2025, da Secretaria Municipal de Finanças.

11. ANÁLISE DE RISCO

A execução do objeto envolve atividades de natureza técnico-intelectual, tecnológica e fiscal, sujeitas a riscos que podem impactar o cronograma, a qualidade das entregas, a confiabilidade das análises e a eficiência do processo administrativo. A análise a seguir identifica os principais riscos potenciais, descreve seu contexto e indica medidas preventivas destinadas a garantir a adequada execução contratual.

12.1. Risco de insuficiência, inconsistência ou fragmentação dos dados fiscais fornecidos pela Administração: Abrange informações da Escrituração Fiscal Digital (EFD), bases de notas fiscais, registros de entradas e saídas, cadastros de contribuintes, dados econômicos e demais elementos necessários à apuração do VAF. A incompletude ou ausência desses dados compromete a precisão das análises e a integridade dos diagnósticos.

Mitigação: validação prévia das informações internas; consolidação das bases fiscais em anexo técnico; acompanhamento contínuo pela equipe municipal; e fornecimento tempestivo de dados adicionais quando demandado.

12.2. Risco de adoção de metodologia inadequada ou em desacordo com a legislação aplicável ao VAF e ao ICMS: A aplicação incorreta de técnicas de auditoria fiscal,

cruzamento de dados da EFD ou critérios divergentes da legislação estadual e da LC nº 63/1990 pode comprometer a consistência técnica dos estudos e das eventuais contestações.

Mitigação: exigência de qualificações comprovadas da equipe técnica; detalhamento da metodologia esperada no Termo de Referência; submissão periódica dos produtos à revisão técnica da Administração; e acompanhamento próximo pelo gestor e fiscais do contrato.

12.3. Risco de atraso na entrega das análises, relatórios ou etapas do serviço: Atrasos podem comprometer prazos legais de contestação do VAF, prejudicar o monitoramento do IPM e reduzir a efetividade do trabalho.

Mitigação: definição de cronograma detalhado; realização de reuniões periódicas de acompanhamento; previsão de mecanismos de controle de prazos; e aplicação das penalidades contratuais previstas na Lei nº 14.133/2021, quando necessário.

12.4. Risco de dependência de informações complementares provenientes da SEFAZ-CE: A auditoria do VAF pode exigir esclarecimentos, dados adicionais ou respostas formais da Secretaria da Fazenda Estadual. Morosidade ou ausência de respostas pode impactar a contestação.

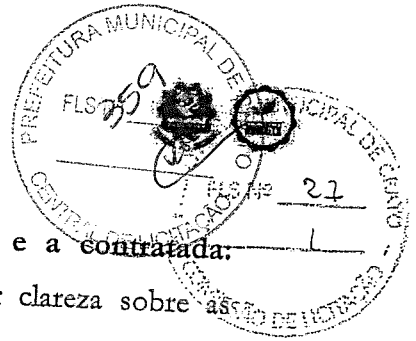
Mitigação: protocolização formal de todas as solicitações; reiteraões dentro dos prazos previstos; registro sistemático das comunicações; e atuação proativa da contratada na interlocução técnica com o órgão estadual.

12.5. Risco de alterações normativas durante a execução contratual: Mudanças na legislação federal, estadual ou em atos normativos da SEFAZ-CE podem impactar os critérios de apuração, contestação ou cálculo do VAF.

Mitigação: monitoramento contínuo do ambiente normativo; atualização tempestiva de metodologias; e comunicação imediata à Administração para adequação dos procedimentos.

12.6. Risco de fragilidade na comprovação dos resultados apresentados pela contratada: Como o VAF possui impacto direto no IPM e, consequentemente, nas receitas municipais, é essencial que todos os achados, divergências, memoriais e contestações sejam devidamente comprovados.

Mitigação: manutenção de registros completos (logs, cruzamentos, bases de cálculo, protocolos, memoriais técnicos, relatórios fundamentados); encaminhamento de evidências à Administração; e validação prévia pelo gestor do contrato.

**12.7. Risco de falhas de comunicação entre a Administração e a contratada:**

Inconsistências, retrabalhos e atrasos podem ocorrer se não houver clareza sobre as demandas, decisões e fluxos de trabalho.

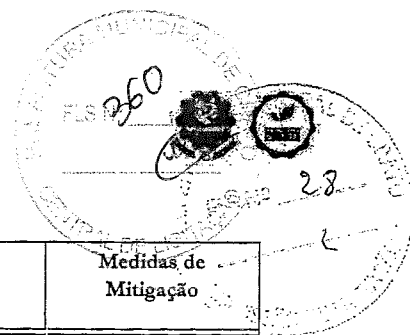
Mitigação: designação formal do gestor e fiscais do contrato; indicação dos prepostos da contratada; utilização de canais oficiais de comunicação; e elaboração de atas ou registros escritos de reuniões e tratativas.

13. MATRIZ DE RISCO

A Matriz de Riscos consolida os principais riscos identificados na execução do contrato, estabelecendo a responsabilidade entre as partes, o impacto potencial e as medidas de mitigação. Ela serve como ferramenta preventiva de gestão para assegurar eficiência, continuidade e segurança na execução da solução integrada para gestão, monitoramento e auditoria do Valor Adicionado Fiscal – VAF.

TABELA 04. Matriz de riscos associados à contratação.

Nº	Risco Identificado	Descrição Sintética	Probabilidade	Impacto	Responsável	Medidas de Mitigação
1	Dados insuficientes ou inconsistentes	Falhas, ausência ou incompletude de dados fiscais necessários à análise do VAF (EFD, NF-e, cadastros, registros).	Média	Alto	Administração	Validação prévia das bases; apoio dos setores internos; entrega tempestiva de informações adicionais.
2	Metodologia inadequada	Uso incorreto de técnicas de auditoria fiscal, cruzamento de EFD ou critérios divergentes da LC 63/1990 e da legislação estadual.	Baixa	Alto	Contratada	Exigência de qualificação técnica; metodologia definida no TR; revisão periódica dos produtos.
3	Atraso na entrega de produtos	Entregas fora do prazo afetando contestação do VAF e monitoramento do IPM.	Média	Alto	Contratada	Cronograma detalhado; reuniões periódicas; penalidades contratuais.
4	Dependência de informações da SEFAZ-CE	Demora na resposta a esclarecimentos e dados necessários à instrução de contestações.	Média	Médio	Administração/Contratada	Protocolos formais; reiterações; registro sistemático das comunicações.
5	Alterações normativas	Mudanças na legislação federal, estadual ou atos da SEFAZ-CE durante a execução.	Baixa	Médio	Administração/Contratada	Monitoramento normativo contínuo; atualização imediata da metodologia.



Nº	Risco Identificado	Descrição Sintética	Probabilidade	Impacto	Responsável	Medidas de Mitigação
6	Fragilidade na comprovação dos resultados	Falta de evidências suficientes dos achados e cálculos apresentados pela contratada.	Baixa	Alto	Contratada	Registro completo dos processos; logs e memoriais detalhados; validação pelo gestor do contrato.
7	Falhas de comunicação entre as partes	Distorções nas informações, retrabalho e atrasos na execução.	Média	Médio	Administração/Contratada	Definição de gestor/fiscais; canais oficiais; atas e registros escritos de reuniões.
8	Indisponibilidade ou falhas operacionais no software	Interrupções que possam prejudicar a análise ou processamento do VAF.	Baixa	Alto	Contratada	Infraestrutura redundante; suporte técnico contínuo; registro de incidentes; SLA.
9	Vazamento ou tratamento inadequado de dados fiscais	Risco à confidencialidade, integridade e segurança das informações do Município.	Baixa	Muito alto	Contratada	Políticas de segurança; LGPD; ambiente seguro; controle de acessos; criptografia e logs.

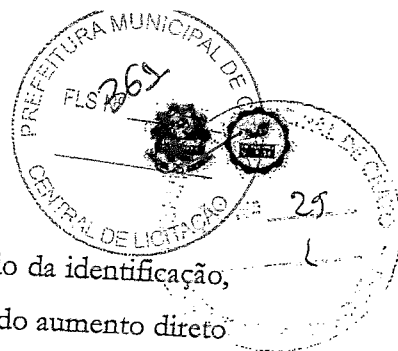
13.1. Responsabilidade Geral pelo Risco.

- Administração: riscos relacionados ao fornecimento e qualidade dos dados internos, definição de requisitos, acompanhamento contratual, interlocução com a SEFAZ-CE e gestão do contrato.
- Contratada: riscos relativos à metodologia adotada, execução dos serviços, funcionamento do software, segurança da informação, prazos e qualidade das entregas.
- Compartilhados: riscos normativos, dependência de órgãos externos e comunicação entre as partes.

14. RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação busca assegurar que o Município do Crato/CE disponha de meios técnicos, tecnológicos e especializados para acompanhar, analisar, auditar e contestar a apuração do Valor Adicionado Municipal – VAF, fortalecendo a gestão do Índice de Participação dos Municípios – IPM e promovendo incremento de receita, melhoria da governança fiscal, eficiência administrativa e segurança jurídica. Entre os principais resultados esperados, destacam-se:

14.1. Resultados Financeiros.



14.1.1. Incremento potencial do repasse de ICMS ao Município, por meio da identificação, comprovação e correção de inconsistências na apuração do VAF, refletindo aumento direto da arrecadação.

14.1.2. Recuperação de valores eventualmente subestimados pela metodologia de apuração estadual, mediante contestação fundamentada e tecnicamente instruída junto à SEFAZ-CE.

14.1.3. Redução de perdas financeiras decorrentes de omissões, erros declaratórios ou inconsistências de dados apresentados pelos contribuintes e tratados na base do VAF.

Resultados Técnicos.

14.2.1. Auditoria minuciosa da Escrituração Fiscal Digital (EFD), das operações de entradas e saídas e dos registros que compõem a base do VAF.

14.2.2. Cruzamento de bancos de dados fiscais, contábeis e econômicos, com uso de software especializado para detecção de inconsistências, omissões, operações divergentes e erros declaratórios.

14.2.3. Produção de relatórios estruturados, memoriais de cálculo e diagnósticos sobre a realidade econômica e fiscal municipal, permitindo visão precisa do comportamento do VAF.

14.3. Resultados Regulatórios e Administrativos.

14.3.1. Conformidade integral com a legislação aplicável (CF/88, LC n° 63/1990, EC n° 108/2020, Lei Estadual n° 17.320/2020, Decreto Estadual n° 34.105/2021 e normativos da SEFAZ-CE).

14.3.2. Elaboração de contestações técnicas fundamentadas ao VAF preliminar ou definitivo, subsidiando o Município nas etapas administrativas perante a SEFAZ-CE.

14.3.3. Aprimoramento da capacidade institucional para interlocução com órgãos estaduais, com fundamentação técnica robusta e documentos padronizados.

14.4. Resultados Jurídicos.

14.4.1. Emissão de pareceres, notas técnicas e manifestações jurídico-tributárias alinhadas à legislação e ao entendimento administrativo aplicável à apuração do VAF.

14.4.2. Fortalecimento da segurança jurídica na defesa dos interesses do Município perante a SEFAZ-CE, com documentação consistente, auditável e tecnicamente validada.

14.5. Resultados Operacionais e de Governança.

14.5.1. Padronização, organização e centralização das informações fiscais relevantes ao VAF em ambiente seguro, rastreável e tecnologicamente estruturado.

14.5.2. Melhoria dos fluxos internos de trabalho, com adoção de rotinas permanentes de monitoramento do VAF e acompanhamento do IPM municipal.

14.5.3. Disponibilização de base técnica confiável para subsidiar decisões estratégicas de arrecadação, revisão de políticas fiscais, incentivos e planejamento orçamentário.

14.5.4. Redução de assimetrias de informação e fortalecimento da capacidade técnica dos servidores municipais, especialmente por meio do treinamento ofertado.

14.6. Resultado central esperado: Garantir que o Município do Crato/CE disponha de estrutura tecnológica e consultiva capaz de assegurar a correta apuração do VAF, identificar inconsistências, maximizar a participação no ICMS e promover aumento sustentável de receita, com transparência, precisão e conformidade jurídica.

15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

Antes da assinatura do contrato e durante a fase preparatória do processo licitatório, a Administração deverá adotar as seguintes providências, com vistas a assegurar planejamento adequado, precisão técnica, segurança jurídica e eficiência na execução contratual:

15.1. Selecionar e designar formalmente os servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

15.2. Levantar e consolidar todas as informações fiscais e cadastrais necessárias ao trabalho, incluindo bases da EFD, cadastros de contribuintes, registros de entradas e saídas, notas fiscais e demais elementos utilizados na apuração do VAF.

15.3. Validar a consistência, integridade e completude dos dados que serão disponibilizados à contratada, organizando-os em anexo técnico específico.

15.4. Estabelecer plano de trabalho preliminar, definindo marcos, prazos, forma de acompanhamento das entregas e rotinas de monitoramento do VAF e do IPM.

15.5. Delimitar com clareza o escopo, as entregas, os produtos esperados e as responsabilidades de cada parte (Administração e Contratada).

15.6. Verificar a disponibilidade financeira e assegurar dotação orçamentária específica para cobertura dos custos da solução integrada.

- 15.7. Definir critérios objetivos de medição, aceitação dos serviços, avaliação dos relatórios, validação dos resultados e acompanhamento dos indicadores de desempenho (KPIs).
- 15.8. Confirmar a adequação da modalidade de contratação, pregão eletrônico, justificando-a conforme a natureza do objeto, a padronização das funcionalidades do software e as características do mercado.
- 15.9. Submeter o Termo de Referência, minuta contratual e demais peças instrutórias à análise da Procuradoria Geral do Município, para manifestação jurídica prévia.
- 15.10. Verificar a conformidade integral do processo com a legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021, a LC nº 63/1990, a EC nº 108/2020, e a legislação estadual (Lei nº 17.320/2020 e Decreto nº 34.105/2021).
- 15.11. Preparar e publicar os atos necessários nos veículos oficiais de divulgação, garantindo publicidade e transparência conforme determina a legislação.
- 15.12. Assegurar o cumprimento das normas de transparência ativa e passiva, bem como as obrigações da Lei de Acesso à Informação (LAI) e da LGPD, especialmente no tratamento dos dados fiscais sensíveis.
- 15.13. Estabelecer rotinas e fluxos formais de comunicação entre Administração e Contratada, incluindo definição de prepostos, periodicidade das reuniões e canais oficiais de contato.
- 15.14. Organizar o processo administrativo com documentação completa, ordenada e instruída, assegurando condições adequadas para eventual fiscalização, auditoria e controle interno ou externo.

16. IMPACTOS AMBIENTAIS

Considerando a natureza do objeto, que consiste na cessão de direito de uso de software 100% acessível via web, aliado à prestação de serviços técnicos especializados em auditoria e análise do Valor Adicionado Municipal – VAF, não se identificam impactos ambientais relevantes decorrentes da contratação.

A execução da solução é essencialmente intelectual, tecnológica e documental, realizada em ambientes administrativos, com baixa necessidade de deslocamentos e sem

utilização de insumos ou recursos materiais capazes de gerar impactos significativos. As atividades não envolvem:

- obras, intervenções físicas ou instalação de estruturas;
- geração de resíduos sólidos, efluentes ou emissões atmosféricas;
- consumo intensivo de energia elétrica ou água;
- uso de equipamentos potencialmente poluentes.

A operação do software é realizada em ambiente digital, remoto e seguro, sem demandar infraestrutura física adicional ou processos que produzam externalidades ambientais.

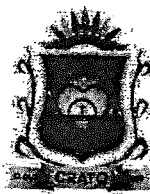
Dessa forma, a contratação apresenta impacto ambiental irrelevante, compatível com os princípios de sustentabilidade previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, não havendo necessidade de medidas mitigadoras específicas, relatórios ambientais, compensações ou condicionantes regulatórias.

17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO

Com fundamento nas análises realizadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, incluindo a identificação da necessidade, avaliação das alternativas disponíveis, levantamento de mercado, definição da solução integrada, estimativa das quantidades, análise de riscos, exame dos impactos ambientais e providências administrativas, conclui-se que a contratação é plenamente viável e recomendável.

A solução proposta demonstra adequação técnica, por alinhar software especializado e consultoria altamente qualificada para auditoria, gestão e defesa do Valor Adicionado Fiscal – VAF, atendendo às demandas específicas do Município do Crato/CE. Apresenta, igualmente, vantajosidade econômica, ao possibilitar incremento potencial do repasse de ICMS, redução de perdas financeiras e aperfeiçoamento dos mecanismos de governança fiscal.

Do ponto de vista jurídico, operacional e orçamentário, não se verificam impedimentos que comprometam a continuidade do processo, estando a contratação em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento, motivação, transparência e segurança jurídica, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamentações municipais correlatas.



Diante do exposto, recomenda-se o prosseguimento da contratação, com a elaboração do Termo de Referência, a definição da modalidade licitatória cabível e a completa instrução do processo administrativo, observando-se a legislação aplicável e as boas práticas de gestão pública.

Crato/CE, 03 de dezembro de 2025.

Equipe de planejamento:

Andersson Alves da Silva
Andersson Alves da Silva

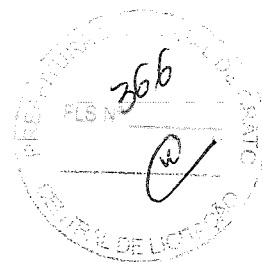
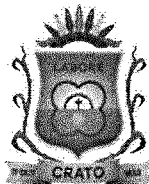
Engenheiro de Produção

Anna Carolina Fonseca
Anna Carolina Fonseca

Engenheira de Produção

Maria Alynne Barbosa da Silva
Maria Alynne Barbosa da Silva

Coordenadora Especial de Gestão Legislativa e Tributária

**ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA****ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2025.12.16.1

À PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE CRATO/CE

Razão Social:

CNPJ Nº.:

Inscrição Estadual ou Municipal:

Endereço:

Fone/Fax:

Banco:

Agência Nº.:

Conta Corrente Nº.:

1. OBJETO: Contratação de solução integrada para gestão e auditoria do Valor Adicionado Fiscal - VAF do Município do Crato/CE, compreendendo cessão de direito de uso de software 100% web, serviços de implantação, treinamento, suporte técnico e consultoria tributária especializada. A contratação se destina à Secretaria Municipal de Finanças do Município do Crato.

ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL						

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$__ (POR EXTENSO)

Prazo para início da prestação do serviço: _____.

Validade da proposta: ____ (____) dias.

Declaro para os devidos fins que nos preços oferecidos estão incluídas todas as despesas incidentes sobre os serviços, referente a frete, tributos, deslocamento de pessoal e demais ônus pertinentes à prestação do objeto licitado.

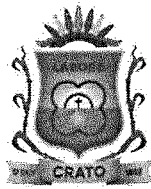
<<<DATA>>>

CARIMBO DA EMPRESA

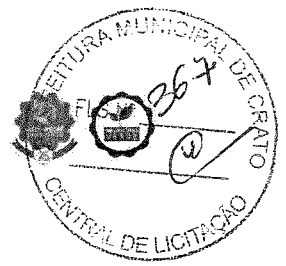
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS.: AO ELABORAR SUA PROPOSTA DE PREÇOS, O LICITANTE DEVERÁ OBSERVAR FIELMENTE O PRESCRITO NO EDITAL, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

Central
de Licitação

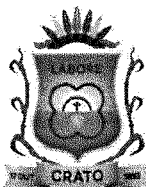


Crato
PREFEITURA



ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

Palácio Alexandre Arraes Largo Júlio Saraiva, S/N, Centro, CEP: 63.100-347 - Crato/CE
(88) 3521-9600 | licitacrato@gmail.com
www.crato.ce.gov.br



MINUTA DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
MUNICÍPIO DE CRATO/CE - SECRETARIA DE FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2025.12.16.1

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº, QUE
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CRATO/CE, POR
INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE FINANÇAS E A
EMPRESA

O **MUNICÍPIO DE CRATO/CE** por intermédio da **SECRETARIA DE FINANÇAS**, com sede na Rua Largo Júlio Saraiva, s/n, Centro, Crato-CE, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 07.587.975/0001-07, neste ato representado(a) pelo(a) Secretário(a), Sr(a)., doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) empresa, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **CONCORRÊNCIA Nº 2025.12.16.1**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Contratação de solução integrada para gestão e auditoria do Valor Adicionado Fiscal - VAF do Município do Crato/CE, compreendendo cessão de direito de uso de software 100% web, serviços de implantação, treinamento, suporte técnico e consultoria tributária especializada. A contratação se destina à Secretaria Municipal de Finanças do Município do Crato, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.**

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

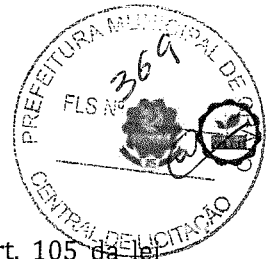
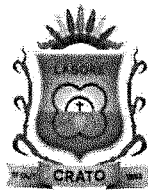
1.3.2. O Edital de Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de execução dos serviços e de vigência da contratação é de **12(doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, na forma do artigo 105 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.



2.1.1. A contratação poderá ser prorrogada, conforme previsto no art. 105 da Lei 14.133/2021, por igual período, nos termos do art. 107 da mesma lei, desde que a prorrogação esteja devidamente justificada pela vantajosidade da manutenção contratual, considerando aspectos como custo-benefício, a continuidade do serviço, a eficiência administrativa e a economicidade.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 92, IV, XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA SEXTA - PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7.2. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.9. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.11. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

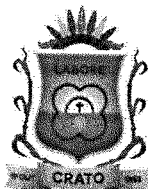
9.1. São obrigações do CONTRATADO:

9.1.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, bem como todas as cláusulas constantes no Termo de Referência:

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

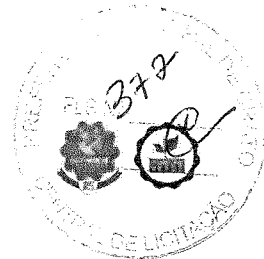
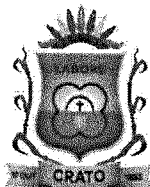
9.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;



- 9.1.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 9.1.6. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.1.7. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.1.8. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.1.9. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.1.11. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.1.12. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.1.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.1.17. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.1.18. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.1.19. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.20. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.1.21. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.1.22. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD



10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

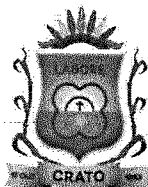
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

- a) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - a.i) O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- b) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.
- c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 13.1, de 10% a 20% do valor do Contrato.
- d) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 13.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.
- e) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 13.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato.



f) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 13.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.4.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

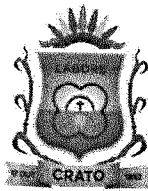
12.4.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.4.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.4.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão



ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12.4.11. Todas as demais regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato também definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1.0 contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.1.1. contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3. Indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.5. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.5.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.5.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal deste exercício, na seguinte dotação: _____. Elemento de despesa: _____.



14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet e Diário Oficial do Município, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 217, III do Decreto Municipal nº 54/2023.

18. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro Comarca de Crato, Estado do Ceará para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Crato/CE, _____ de _____ de _____.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-